

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PAIS E FILHOS NA ADOLESCÊNCIA

uma introdução ao tema



Livia Braga de Sá Costa



**RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PAIS E
FILHOS NA ADOLESCÊNCIA:**
uma introdução ao tema

Resolução de conflitos entre pais e filhos na adolescência: uma introdução ao tema

Autora:

Lívia Braga de Sá Costa

Editor:

Saulo Bagatini

Capa:

Austin Kehmeier, Unsplash

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Costa, Lívia Braga de Sá

Resolução de conflitos entre pais e filhos na adolescência [livro eletrônico] : uma introdução ao tema / Lívia Braga de Sá Costa. -- 1. ed. -- João Pessoa, PB : Editora Oitica, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-85264-17-8

1. Adolescência - Conduta de vida 2. Conflitos (Psicologia) 3. Pais e filhos - Aspectos psicológicos 4. Pais e filhos - Relacionamentos 5. Psicologia do desenvolvimento I. Título.

23-166027

CDD-158.24

Índices para catálogo sistemático:

1. Pais e filhos : Relações familiares : Psicologia aplicada 158.24
Aline Craziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Copyright © 2023, Editora Oitica, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2023, a autora

Copyright da edição © 2023, Editora Oitica



Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercialSemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Editora Oitica pelos autores e organizadores desta obra. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando a posição oficial da Editora Oitica.

contato@editoraoitica.com.br | www.editoraoitica.com.br
João Pessoa, PB

CONSELHO EDITORIAL

Ana Karine Farias da Trindade Coelho Pereira (UFPB)

Danielle Fernandes Rodrigues (UFPB)

Geraldo Barboza de Oliveira Junior (IFRN)

Hieny Quezzia de Oliveira Bezerra (FCU)

José Gláucio Ferreira de Figueiredo (UFCC)

José Moacir Soares da Costa Filho (IFPB)

José Nikácio Junior Lopes Vieira (UFPB)

Julyana de Lira Fernandes Gentle (FCU)

Larissa Jacheta Riberti (UFRN)

Luiz Gonzaga Firmino Junior (UFRN)

Mayara de Fátima Martins de Souza (PUC/SP)

Wendel Alves Sales Macedo (UFPB)

Agradecimentos

À *Cleonice Camino*, que me orientou durante os anos da graduação em Psicologia, do Mestrado e do Doutorado, por todos os ensinamentos fundamentais ao meu processo de desenvolvimento acadêmico.

À *Saulo Bagatini*, pela sua leitura crítica e por ter viabilizado a concretização deste livro.

Prefácio

Lívia Braga, autora deste livro, tem dedicado sua vida acadêmica, desde a graduação até seu doutorado, em Psicologia, ao estudo da socialização da criança e do adolescente, no ambiente familiar, considerando que a família é o primeiro e mais importante contexto de socialização para a criança, apesar da grande influência que a escola, os grupos de amigos e a vizinhança pode ter.

Durante sua formação, Lívia demonstrou um grande interesse pela compreensão dos processos que levam as pessoas a agirem de forma autônoma. Dentre esses processos, ela se voltou para a resolução de conflitos entre pais e filhos, dedicando-se com persistência e seriedade à realização cuidadosa de várias pesquisas. É com base nas reflexões sobre os resultados de seus estudos, de trabalhos empíricos de outros autores e do aprofundamento do enfoque teórico adotado – Teoria dos Domínios Sociais (TDS) – que este livro foi escrito.

A Teoria dos Domínios Sociais permite aos agentes de socialização, sobretudo aos pais e professores, que reflitam sobre a melhor forma de intervir quando crianças e adolescentes realizam ações, ou pretendem realizá-las, que se situam no campo das relações sociais e que os agentes de socialização veem como indesejáveis. Essa teoria concebe os conflitos como uma

perturbação positiva para o desenvolvimento, na medida em que permite à criança uma reorganização da sua forma de pensar e uma maior oportunidade de passar para um patamar mais elevado na resolução de conflitos.

A contribuição da TDS para o desenvolvimento social encontra-se, sobretudo, na necessidade de que os indivíduos se autorregulem e regulem suas relações com os outros de forma a tornar a sociedade mais harmoniosa e saudável. Um dos produtos dessas regulações ocorre, em grande parte, por meio da elaboração de normas, regras, princípios morais e leis. Nesta direção, a TDS mostra a importância de se distinguir quatro domínios: o domínio convencional, o domínio moral, o domínio pessoal e o domínio da prudência. A diferenciação dos domínios é fundamental para que os indivíduos possam ter comportamentos adequados às exigências de cada domínio; portanto, à adaptação do indivíduo à sociedade.

Enfim, no presente livro, a autora apresenta com clareza e mostra como a socialização pautada no enfoque da TDS facilita as interações sociais e como devem ser processadas decisões mais amadurecidas.

CLEONICE CAMINO

Doutora em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Bélgica
Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba

Sobre a autora



Livia Braga de Sá Costa

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia, com ênfase em Desenvolvimento Humano, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente, é docente de Psicologia em cursos de ensino superior, atuando em temas como socialização parental, resolução de conflito familiar, autonomia, desenvolvimento social e moral.

Sumário

Introdução, 15

Capítulo I
DO DESENVOLVIMENTO MORAL AOS DOMÍNIOS SOCIAIS, 18

Capítulo II
OS DOMÍNIOS SOCIAIS, 33

Capítulo III
DOMÍNIOS SOCIAIS E OS CONFLITOS COM OS PAIS NA
ADOLESCÊNCIA, 53

Capítulo IV
A DEFESA DO DOMÍNIO PESSOAL FRENTE A AUTORIDADE
PARENTAL, 69

Capítulo V
AUTORIDADE PARENTAL E TOMADA DE DECISÃO, 83

Capítulo VI
A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PAIS E FILHOS NA
ADOLESCÊNCIA, 95

Capítulo VII
DOMÍNIOS SOCIAIS, AUTORIDADE PARENTAL E RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS: UM RELATO DE PESQUISA, 111

Capítulo VIII
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS, 127

Introdução

A presente obra é fruto da trajetória da minha formação acadêmica na área da Psicologia do Desenvolvimento. Surge como uma síntese dos conhecimentos que adquiri no decorrer do meu mestrado e doutorado, dedicados ao estudo e pesquisa no campo dos conflitos que ocorrem entre pais e filhos na adolescência. Assim, escrevi o livro com o intuito de tratar da resolução de conflitos entre adolescentes e seus pais a partir da perspectiva da Teoria dos Domínios Sociais, formulada originalmente por Elliot Turiel (1983), a partir de suas pesquisas sobre o desenvolvimento moral em adolescentes.

A teoria propõe que os conhecimentos que obtemos a partir de nossas interações com o mundo são diferenciados e, portanto, constituem formas distintas de pensamentos e de crenças sobre os comportamentos que são organizadas em domínios específicos. Tal teoria, apesar de ter se demonstrada fecunda e gerado um grande número de estudos no contexto internacional (Martins, 2022), tem ganhado pouco destaque no âmbito nacional, sobretudo na área de estudos sobre a resolução de conflitos.

Uma vez que a resolução de conflitos envolve uma série de variáveis correlatas, adotei uma abordagem de aproximação gradual ao tema, introduzindo primeiramente teorias, conceitos e

pesquisas que nos permitirão tratar o assunto com sua devida complexidade. Nos dois primeiros capítulos, procurei familiarizar o leitor com a Teoria dos Domínios Sociais, apresentando seus principais antecessores, sua origem, os pressupostos teóricos que a fundamentam e os três domínios do conhecimento social que ela descreve: o Moral, o Convencional e o Psicológico (subdividido em Pessoal e Prudência).

No terceiro capítulo, introduzi o tema dos conflitos na adolescência, sua natureza e seu papel no desenvolvimento do indivíduo e nas relações entre os adolescentes e seus pais. Também, veremos como a teoria dos domínios pode auxiliar na compreensão desses conflitos, a partir da análise das percepções dos filhos e dos pais. Isso será aprofundado no Capítulo 4, em que poderemos visualizar como se dão esses conflitos e como eles podem ser estudados a partir do relato de uma pesquisa realizada no Brasil.

No Capítulo 5, discutiremos sobre o papel da autoridade parental e do processo de tomada de decisão dentro da família. Os últimos capítulos foram destinados ao aprofundamento da resolução de conflito. No Capítulo 6, apresento as diferentes estratégias de resolução de conflitos e as consequências que elas trazem para o desenvolvimento e para a relação entre pais e filhos, levantando algumas lacunas identificadas na literatura existente. O Capítulo 7 aborda uma pesquisa sobre a resolução de conflitos, buscando integrar os diversos conceitos tratados ao longo do livro, e no último capítulo, buscamos apresentar quais são as perspectivas para o avanço das pesquisas sobre a resolução de conflitos na adolescência.

Espero que as informações aqui reunidas sejam capazes de introduzir o leitor ao tema, e que o trabalho de organização e

sistematização aqui realizado seja útil para aqueles que desejarem seguir aprofundando seu conhecimento sobre o tema.

Capítulo I

DO DESENVOLVIMENTO MORAL AOS DOMÍNIOS SOCIAIS

Antes de nos adentrarmos na exposição da Teoria dos Domínios Sociais propriamente dita, convém especificar alguns elementos da teoria do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget (1964/2009, 1973). A teoria do desenvolvimento de Piaget pode ser destacada como uma antecessora da Teoria dos Domínios Sociais, sendo ambas consideradas teorias construtivistas e interacionistas, compreendendo a aquisição do conhecimento como um processo ativo de construção a partir das interações que o indivíduo estabelece com o mundo. A teoria de Piaget não apenas é uma antecessora à teoria dos domínios: na verdade, as proposições e pesquisas de Piaget sobre o desenvolvimento moral foram os precursores das pesquisas realizadas por Turiel (1983) sobre o desenvolvimento moral em adolescentes, a partir das quais originaram-se as formulações iniciais sobre a Teoria dos Domínios Sociais. Faremos, em seguida, uma breve exposição dos principais conceitos e princípios piagetianos, para em seguida trilharmos o percurso que levou Turiel à construção da teoria dos domínios.

A ESTRUTURA INTERNA DO SUJEITO: UMA CONSTRUÇÃO CONTÍNUA E HIERARQUIZADA

Imerso no interesse de descobrir como os indivíduos adquirem conhecimento, Piaget executou suas pesquisas interagindo com crianças e analisando seu raciocínio, formulando, assim, uma teoria estruturada sobre como se desenvolve o conhecimento humano.

O primeiro pressuposto de sua teoria reside na noção de que “não há conhecimento sem interação”. Piaget (1973) defende que o conhecimento não resulta de uma programação inata do sujeito, mas sim de uma construção gradativa de estruturas mentais, que se formam mediante interações entre o sujeito e os objetos do mundo físico e social. Neste sentido, a organização interna é um processo contínuo que resulta na construção de uma sequência de estruturas mentais. Tem-se, portanto, que a teoria do desenvolvimento de Piaget estrutura-se sob uma perspectiva interacionista, e não maturacional: o indivíduo possui uma base biológica para o desenvolvimento, embora essa base, por si só, não seja capaz de possibilitar a aquisição do conhecimento (Piaget, 1964/2009, 1984).

No livro *Biologia e Conhecimento*, Piaget (1973) afirma que todas as manifestações da vida revelam a existência de uma organização. Essa organização depende do funcionamento das estruturas, que são a base para o conhecimento. O conceito de estrutura é indispensável para a compreensão de toda a sua teoria. Para Piaget, a estrutura corresponde a um sistema de relações, formada por percepções, lembranças, conceitos, operações, etc.;

tem caráter dinâmico, modifica-se constantemente e varia de unidades mais simples e primitivas para patamares mais complexos de organização. Logo, através das interações com o meio, o indivíduo tende a organizar em forma de estruturas a abundância de estímulos e sensações com as quais se depara. O processo, deste modo, é auto-regulado pelo mecanismo de denominado por Piaget de *equilibração*.

A equilibração está ancorada em dois pressupostos 1) o indivíduo possui uma tendência ao desenvolvimento através de estruturas organizadas de pensamento; 2) as estruturas de pensamento evoluem, desde a infância, até alcançarem um equilíbrio final, na fase adulta. Nessa esteira, Piaget esclarece, de uma maneira integrada, como se dá o desenvolvimento intelectual.

É imprescindível, para a adaptação ao meio, que todo organismo busque um equilíbrio. Isto posto, o processo de adaptação efetua-se por meio de dois mecanismos indissociáveis e complementares: a *assimilação* e a *acomodação*. A *assimilação* constitui um processo cognitivo no qual o sujeito incorpora um novo dado da experiência a estruturas já consolidadas, ao mesmo tempo em que confere significado a essa experiência. Piaget (1973) emprega esse termo no sentido de integração de algo novo a estruturas prévias. Por sua vez, a *acomodação* consiste na tendência organizacional de ajustar-se, alterando estruturas existentes em virtude da influência dessa nova situação.

Pensemos, por exemplo, em uma criança pequena, que desde cedo cresceu na companhia de um companheiro canino. A partir das informações que recebeu dos pais e das observações que realizou, ela criou uma estrutura interna que coloca o animal da família na categoria de “cachorro”, ou “au au”, que corresponde a

animais relativamente pequenos, fofinhos e peludos que andam em quatro patas. Ao se deparar com outros animais similares, a criança *assimila* as novas informações recebidas do meio, incluindo-as na categoria, ou *esquema*, prévia de “au au”. Em certo momento, a criança se depara com um gato, um animal que também é relativamente pequeno, fofinho e peludo. Ao apontar para o pai que avistou outro “au au”, é corrigido, sendo informado que não trata-se de um “cachorro”, mas sim de um “gato”, ou “miau miau”. Essa nova informação traz um *desequilíbrio* para as estruturas antigas, que precisam ser reformuladas para conseguir dar conta de explicar essa diferença. Essa reestruturação dos esquemas existentes é a chamada *acomodação*, que será capaz de proporcionar um novo *equilíbrio* para o organismo, até que ele inevitavelmente seja desequilibrado novamente.

Como foi dito, Piaget (1964/2009) apresenta ainda uma compreensão do desenvolvimento cognitivo marcado por etapas sucessivas, que são qualitativamente e quantitativamente diferentes umas das outras. Cada uma dessas etapas é marcada por formas diferentes de organização mental, que possibilitam a aquisição, pelo indivíduo, de novos conhecimentos para compreender e interpretar a realidade. Essas fases são denominadas de Estágio Sensório Motor, que tem início no nascimento da criança, estendendo-se até aproximadamente os dois anos de idade; Estágio Pré-operatório, que compreende a faixa etária de dois a sete anos; Estágio Operatório Concreto, que abrange o desenvolvimento da criança dos sete aos onze anos e, por fim, o Estágio das Operações Formais, que surge por volta dos onze anos de idade.

Ele afirma ainda que todos os indivíduos passam por essas

etapas, nessa ordem, de forma hierarquizada, podendo as idades variarem sensivelmente de pessoa para pessoa. As variações no surgimento de cada estágio ocorrem em função de dois aspectos: as características da estrutura biológica de cada sujeito e a quantidade e tipo de estímulos com os quais ele interage. Assim, a divisão por faixas etárias serve apenas comoreferência, não como uma norma rígida.

MORALIDADE E CONVENÇÃO

Pesquisas realizadas por Piaget (1932/1994) com crianças e adolescentes sobre o seu pensamento em relação ao mundo social deram origem à descrição e sistematização das formas de julgamentos morais, inaugurando a área das pesquisas sobre o desenvolvimento moral. No livro *O Juízo Moral na Criança*, Piaget define dois estágios do desenvolvimento moral: a *moral heterônoma* e a *moral autônoma*.

Para o autor, a moral heterônoma caracteriza-se pela submissão do indivíduo às regras, que são consideradas sagradas e intangíveis. Neste sentido, o bom comportamento é aquele que está em conformidade com as regras estabelecidas, e agir de forma diferente não corresponderia, portanto, a uma atitude correta. Desta forma, a moral heterônoma constitui-se a partir de uma relação que tem como base o respeito unilateral, que vai da criança para o adulto. Além disso, a moralidade de um comportamento é definida a partir de suas consequências materiais, sem levar em conta as intenções do indivíduo ou as circunstâncias da situação. Assim, um homem desesperado para salvar a vida de sua esposa

doente, que rouba um remédio da farmácia, está tão errado quanto um outro que assassina a sua esposa.

Com o avanço no desenvolvimento cognitivo e com as relações que o indivíduo estabelece com o mundo – na escola, com os pais, amigos e demais agentes de socialização –, é possível avançar para o estágio da moral autônoma. Essa moral caracteriza-se pelas relações que o indivíduo estabelece com os seus iguais, sendo marcada pela cooperação e pelo respeito mútuo. Aqui, a moralidade de um ato é avaliada em função dos motivos, das intenções e circunstâncias. Nas palavras de Piaget, “a moral autônoma só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”.

Fundamentando-se na teoria de Piaget sobre o desenvolvimento cognitivo e no conceito de justiça de Sócrates, Kohlberg elabora uma teoria que abarca o desenvolvimento da moralidade desde a infância até adolescência. Ele explica o desenvolvimento moral a partir de um modelo que possui três níveis: o *nível pré-convencional*, o *nível convencional* e o *nível pós-convencional*. Assim como as etapas descritas na teoria de Piaget, os níveis identificados por Kohlberg ordenam-se a partir de uma sequência hierárquica, sendo cada nível composto por dois estágios.

No nível pré-convencional, o indivíduo não internaliza os valores morais e atua com base nos próprios interesses, avaliando as ações a partir das consequências positivas e negativas que elas trazem para si. Neste nível, as normas são obedecidas para evitar o castigo, para satisfazer interesses do *self* ou ainda para promover

uma recompensa.

No nível convencional, o indivíduo preocupa-se, majoritariamente, com a manutenção da ordem social e em atender às expectativas dos outros. Incluem-se aí as ações provenientes do cumprimento das expectativas de outros significativos (como pais, grupos de amigos, etc) e da conformidade para com autoridades (como os pais, a igreja, as leis, etc).

Por fim, no nível pós-convencional, a moralidade do indivíduo se baseia em princípios éticos e universais, como o direito à vida, à liberdade e à justiça. Nesse nível, o indivíduo passa a perceber que as leis e convenções são contratos sociais, e não entidades absolutas, rígidas e imutáveis. Assim, passa a agir a partir da análise das situações concretas e de suas particularidades, e guia-se por princípios éticos universais.

Piaget (1932/1994) não se dedica ao estudo das convenções, embora seja possível situá-las no contexto da *moral heterônoma*, onde a criança segue as regras que vêm de fora, não havendo, portanto, reflexões sobre essas regras. Na perspectiva de Kohlberg, as convenções são situadas dentro do *nível convencional*, onde o respeito às regras é importante para a manutenção do bem-estar social. Assim, em ambos os autores, o desenvolvimento moral avança através de estágios que, inicialmente, tratam da moral e das convenções como sendo estruturas indiferenciadas, e que, apenas em um nível mais elevado, a convenção passa a ser desvinculada da noção de moralidade.

Turiel propõe que o desenvolvimento do conhecimento social se dá a partir de diferentes dimensões, que seguem caminhos e lógicas particulares, necessitando ser analisadas

individualmente. O raciocínio moral seria uma dessas esferas, ou *domínios*, do conhecimento social. Diferentemente de Piaget e Kohlberg, Turiel argumenta que as convenções fariam parte de outro domínio social, e que seu pensamento não deveria, portanto, ser confundido com o julgamento moral. Segundo Turiel, os membros da sociedade formulam suas próprias concepções sobre costumes e convenções, que não são reduzíveis aos julgamentos morais. A convenção constitui, portanto, uma categoria específica da organização social e é um aspecto do julgamento social do indivíduo que se diferencia de outras formas de pensamento.

Inicialmente, Turiel observou em suas pesquisas que, no período da adolescência, as convenções sociais se distinguem dos princípios morais, sem, no entanto, deixarem de existir. Tal constatação o conduziu à hipótese de que o desenvolvimento dentro de dois domínios pode assumir diferentes formas. Sua grande curiosidade foi, então, saber de que maneira os indivíduos pensavam sobre as convenções sociais. O autor afirma que um dos limites do trabalho de Kohlberg foi a abrangência dos estágios do julgamento moral para outras áreas do pensamento social que diferem da moralidade. Contrapondo-se a esta limitação, e visando diferenciar o domínio dos princípios morais daquele das convenções, esta passou a ser a prioridade de Turiel: estudar julgamentos individuais sobre as convenções sociais.

Para verificar como os indivíduos se referem aos costumes e às convenções, Turiel (1975) examinou o pensamento de crianças, adolescentes e adultos, analisando este domínio independentemente de outras formas de pensamento social. Ele utilizou o método clínico, tal qual o de Piaget, pautando-se numa série de histórias hipotéticas seguidas de questões que remetiam às

convenções sociais (como o emprego de pronomes de tratamento, uso de roupas formais e informais, regras sexuais, fontes de status e de prestígio social). Em uma dessas situações hipotéticas observou uma criança que foi ensinada a chamar as pessoas pelo primeiro nome, embora, na sua nova escola, se exigisse que os professores fossem chamados pelos seus títulos formais; em outra situação, um homem costumava utilizar roupas esportivas no seu ambiente de trabalho. Fazendo questionamentos aos participantes sobre suas opiniões a partir dessas histórias, Turiel procurou acessar o pensamento dos indivíduos sobre o que viria a ser denominado por ele como Domínio Convencional.

Os resultados de sua pesquisa apontaram para a existência de níveis de desenvolvimento onde, num primeiro momento, a avaliação dos atos convencionais variava em função da presença ou não de regras. Por exemplo: uma pessoa poderia ir trabalhar vestida informalmente, mas, caso houvesse uma regra indicando o tipo de roupa que ela deveria usar, seria errado não segui-la. Neste nível, a regra é tratada como obrigatória e invariável, mesmo se referindo a um ato que é tido como arbitrário e que varia conforme o lugar e o tempo. O ato está subordinado à regra.

No segundo nível, as regras são consideradas arbitrárias e desnecessárias: a avaliação da regra é feita em relação à relevância do ato. Deste modo, não seria errado chamar os professores apenas pelos seus primeiros nomes ao invés de chamá-los pelo sobrenome, pois isso não faria diferença alguma; ainda, vestir roupas esportivas no ambiente de trabalho não interferiria na qualidade do trabalho realizado nem traria danos a ninguém. Pode-se observar que, no segundo nível, há uma ausência de preocupação com as expectativas sociais. As convenções sociais são julgadas, nesse

nível, em termos de escolha individual.

Por fim, Turiel identificou um terceiro nível, em que há uma mudança na concepção de sociedade, sendo esta vista como um sistema que fornece um contexto de regras políticas e expectativas sociais, ou seja, uma entidade que guia o comportamento social. Há uma consciência sobre a função e o significado dos costumes e das convenções, onde o consenso geral é refletido nas regras da sociedade e a uniformidade é necessária para manter e assegurar o sistema. Neste nível, surgem as distinções hierárquicas em relação a pessoas com diferentes funções e status: aqui, acredita-se que um professor deva ser chamado por “professor” ou pelo seu título formal, e não pelo primeiro nome, em sinal de respeito à sua função social. Posteriormente, em 1978, Turiel ampliou sua tipologia, evidenciando a existência de sete níveis de desenvolvimento das convenções sociais, onde cada nível encontra-se diretamente relacionado à concepção do indivíduo sobre a organização social (Turiel, 1978).

As convenções sociais são definidas, de acordo com Nucci e Turiel (1978), como:

uniformidades comportamentais que coordenam interações de indivíduos dentro de sistemas sociais. Assim, as convenções sociais constituem um conhecimento geral e compartilhado de uniformidades em interações sociais e são determinadas pelo sistema social em que são formados. (p. 1, tradução da autora).

Assim, pode-se entender o Domínio Convencional como aquele que abrange regras sociais “arbitrárias” e que variam

conforme o contexto e a cultura como, por exemplo, modos de se vestir, maneiras de realizar uma saudação, uso dos pronomes de tratamento, etc. As regras são consideradas arbitrárias quando uma uniformidade convencional em um determinado contexto social pode desempenhar a mesma função que uma outra uniformidade convencional em outro contexto social. Isso evidencia a existência de uma regulação social, entendida como uma série de pressões exercidas direta ou indiretamente sobre membros individuais ou grupos da sociedade com vistas ao alinhamento de comportamentos, expressões ou atitudes utilizadas pelo grupo social.

A moralidade, por sua vez, não está relacionada com a arbitrariedade das regras, nem há a necessidade de uma regulação social para que um indivíduo julgue um evento como uma transgressão moral. Este julgamento é feito a partir de uma percepção das consequências negativas que um ato poderia desencadear para o outro (por exemplo, bater em alguém poderá acarretar danos físicos). Segundo Nucci e Turiel, o Domínio Moral não varia em função de um contexto social nem apresenta relação com regras arbitrárias: ele se fundamenta em conceitos de justiça. Por exemplo, seria errado roubar mesmo que não houvesse lei sobre isso ou mesmo que ninguém se incomodasse com esse ato.

Com base em entrevistas feitas com crianças sobre o julgamento moral (Nucci e Turiel, 1978; Turiel, 1975), os autores descobriram que atos como matar, roubar, trapacear, ou ainda concepções sobre direitos de propriedade eram considerados como intrinsecamente bons ou maus: neste caso, a avaliação da criança não dependia da existência de regras ou leis.

Em sua tese de doutorado, Nucci (1977, como citado em

Nucci & Turiel, 1978) realizou pesquisas com crianças e adolescentes de 6 a 19 anos para testar se, de fato, haveria diferenças nas respostas sobre os conteúdos do Domínio Convencional e do Domínio Moral. Nucci constatou, em todas as idades, que os julgamentos sobre atos convencionais dependiam da existência de um regulamento que legislasse naquele contexto social. Por outro lado, os julgamentos sobre atos circunscritos ao Domínio Moral não dependiam da existência de normas sociais. Resultado semelhante foi encontrado por Turiel (1977, como citado em Nucci & Turiel, 1978), onde se verificou que os indivíduos julgavam que regras vinculadas a atos convencionais eram legitimamente mutáveis diante de um contexto social, mas, quando as regras estavam relacionadas a atos morais, essa legitimidade não era reconhecida pelos participantes.

Diante dessas evidências empíricas iniciais, foram realizadas, a partir de então, várias pesquisas fortalecendo a tese de que, de fato, o Domínio Convencional constitui-se como um domínio distinto do Moral (Turiel 1983, 1998, 2002; Nucci & Nucci, 1982a; Nucci & Nucci, 1982b; Nucci et al., 1983; Smetana, 1984, 1989, 1995; Nucci, Camino & Sapiro, 1996).

O SURGIMENTO DA TEORIA DOS DOMÍNIOS SOCIAIS

Os pressupostos piagetianos fundamentam-se na ideia de uma construção gradativa de estruturas mentais formadas através das interações entre sujeito e objetos do mundo físico e social. Essas estruturas mentais são dinâmicas, modificam-se e

organizam-se em função dos estímulos com os quais o indivíduo se depara.

Os estudos de Turiel (1983), por sua vez, apontam que, a partir das interações sociais, a criança age sobre os acontecimentos, interpretando, selecionando e sistematizando os elementos das suas experiências. Como o ambiente não é uniforme, as experiências sociais nunca são de um mesmo tipo. Essa percepção levou Turiel a sustentar sua hipótese de que o pensamento se organiza dentro de limites de categorias fundamentais como, por exemplo, o pensamento lógico-matemático, que é de uma natureza, e o pensamento moral, que é formado a partir de outros tipos de experiências sociais. Logo, existem formas específicas de experiências sociais relacionadas ao desenvolvimento que organizam-se a partir de diferentes domínios do conhecimento social.

Turiel (1983) observou que, desde a infância, as crianças adquirem formas sistemáticas e diferenciadas de pensar sobre o mundo social. Devido à complexidade do mundo social, as crianças se deparam com uma grande variabilidade de regras, proibições, expectativas e transgressões: “não bata no seu irmão”, “use a colher, não coma com as mãos”, “diga obrigado”, “saia da chuva, você pode adoecer”, “esse seu amigo não é uma boa companhia para você” são alguns exemplos. As crianças não vêem essas interações sociais como uma categoria única, ao contrário, elas agem sobre os acontecimentos, interpretando, selecionando e sistematizando os elementos das suas experiências ao dar sentido ao seu mundo social.

A partir dessa observação, Turiel (1983) levantou a hipótese de que o pensamento seria organizado em categorias estruturadas

internamente e distintas umas das outras. Essas categorias estariam relacionadas com os tipos específicos de experiências sociais. É o que ele chamou de domínios do conhecimento social, ou domínios sócio-cognitivos. Os domínios descritos por Turiel e seus colaboradores foram o Domínio Moral, Domínio Convencional e Domínio Psicológico.

Destarte, Turiel aponta que o desenvolvimento de um domínio implica em reorganizações de pensamento, a fim de formar uma estrutura equilibrada internamente. Como os domínios constituem sistemas conceituais qualitativamente diferentes uns dos outros, sequências de desenvolvimento distintas podem ser identificadas para cada domínio: o desenvolvimento cognitivo supõe uma série de estágios que se distinguem dos estágios que estruturam o desenvolvimento moral, por exemplo. Contudo, em determinadas circunstâncias, pode haver interações entre um domínio e outro, exigindo uma coordenação interdomínios. Como eles são dinâmicos, as mudanças que ocorrem em um domínio repercutem na reestruturação do pensamento dentro de outros domínios, o que implica em diferenciações e integrações. Uma das primeiras reestruturações que ocorrem refere-se à constituição de fronteiras entre o pensamento moral e o pensamento convencional, dando origem a dois domínios distintos.

Capítulo II

OS DOMÍNIOS SOCIAIS

Vimos brevemente o percurso realizado desde as primeiras pesquisas e formulações teóricas que diferenciaram o raciocínio moral do convencional até a proposição de que as crianças organizam suas experiências a partir de diferentes categorias de conhecimentos sociais. Neste capítulo, exploraremos cada um dos domínios descritos pela Teoria dos Domínios Sociais. Tendo já visto, no capítulo anterior, as pesquisas que levaram à diferenciação do Domínio Moral e do Domínio Convencional, passaremos agora por esses domínios, retomando o que os define e ilustrando os tipos de comportamentos que se enquadram neles. Em seguida, falaremos sobre o Domínio Psicológico, a partir das duas categorias em que ele se divide: o Domínio Pessoal e o Domínio da Prudência. Por fim, discutiremos sobre aquelas situações ou eventos em que a classificação em apenas um domínio é difícil, ou até impossível, denominadas de questões multifacetadas.

O DOMÍNIO MORAL

Essa categoria de conhecimento social surge das interações sociais que podem prejudicar o outro, ou causar uma injustiça. Na infância, o primeiro contato social que a criança estabelece com a moralidade se dá quando ocorrem conflitos que envolvem tanto a agressão como a não divisão de brinquedos (Smetana, 2010). Essas interações são morais porque envolvem a percepção das consequências negativas que um ato poderia desencadear no outro (por exemplo, bater em alguém poderá acarretar danos físicos). Os pais e outros agentes de socialização, então, orientam, fazem proibições e punem quando uma criança executa uma ação que possa causar mal-estar no outro (como por exemplo, zombar e machucar) ou que interfira em seus direitos (como por exemplo, tomar de uma criança um brinquedo que é dela). As crianças, além de escutarem os adultos falando, sentem a dor quando são as vítimas, recebem as reclamações quando são as transgressoras e, ao refletirem sobre todas essas experiências, constroem seus raciocínios sobre esse domínio.

Segundo Turiel (1983), as experiências morais são responsáveis pela construção das noções de certo e errado, justo e injusto, e não variam em função de um contexto social nem apresentam relação com regras arbitrárias. São prescritivas, ou seja, elas dizem como nós devemos nos comportar; são obrigatórias, universais, impessoais e inalteráveis. Esses critérios foram utilizados em estudos empíricos para saber se as pessoas avaliavam um comportamento como moral ou não (Mullins & Tisak, 2006; Nucci, Camino & Sapiro, 1996; Yau & Smetana, 2003).

Seus resultados mostraram que atos como matar, roubar, trapacear, ou ainda concepções sobre direitos de propriedade eram considerados como intrinsecamente bons ou maus: neste caso, a avaliação da criança não dependia da existência de regras ou leis. Por exemplo, era errado roubar mesmo que não houvesse lei sobre isso ou que ninguém se incomodasse com esse ato (Turiel, 1975; Nucci & Turiel, 1978).

O DOMÍNIO CONVENCIONAL

Como vimos, Turiel (1983) propôs que o julgamento moral é apenas um aspecto do conhecimento social, e que existem outras dimensões sociais que precisam ser analisadas separadamente. Uma dessas dimensões é o pensamento convencional, que está relacionado a acordos sobre expectativas e regularidades que organizam as interações sociais em diferentes contextos. Este é o domínio das convenções sociais.

As convenções são construídas a partir das interações que colocam em evidência as uniformidades e regularidades que regem as organizações sociais, como costumes, crenças e expectativas daquilo que seria um comportamento social apropriado. Por exemplo, tirar os sapatos ao entrar numa casa, fazer um agradecimento antes de iniciar uma refeição, dizer 'por favor' ao pedir algo a alguém, usar roupas adequadas para cada contexto. Elas são arbitrárias porque uma uniformidade convencional em um determinado contexto social pode desempenhar a mesma função que outra uniformidade convencional em outro contexto

social (por exemplo, comer utilizando as mãos, garfo e faca ou hashi cumprem a mesma finalidade).

As convenções servem para coordenar as interações, contribuindo para o funcionamento eficaz dos grupos sociais. Elas se distinguem dos conteúdos morais porque não estão relacionadas a ações que possam causar dano ao outro. Por essa razão, elas não são universais e são arbitrárias (por exemplo, utilizar roupas de banho para ir à universidade não causa prejuízos a terceiros, não é errado, apenas é inapropriado, isto é, afeta a ordem social). Pesquisas com crianças e adolescentes foram realizadas para testar se, de fato, haveria diferenças nas respostas sobre conteúdos do Domínio Convencional e do Domínio Moral. Nucci e Turiel (1978) constataram, em todas as idades, que os julgamentos sobre atos convencionais dependiam da existência de um regulamento que legislasse naquele contexto social. Por outro lado, os julgamentos sobre atos circunscritos ao Domínio Moral não dependiam da existência de normas sociais.

O DOMÍNIO PSICOLÓGICO

Ainda na infância, à medida que amadurecem, as crianças são capazes de compreender que os indivíduos podem ter crenças, respostas emocionais e comportamentos que diferem dos seus. O domínio psicológico está relacionado à compreensão de que o *self* e os outros são sistemas psicológicos únicos. O Domínio Psicológico está subdividido em duas categorias: Domínio Pessoal e Domínio da Prudência.

O DOMÍNIO PESSOAL

Larry Nucci dedicou-se, ainda em sua tese de doutorado, a ampliar a análise de Turiel sobre os domínios, acrescentando uma nova forma de organização do pensamento: o Domínio Pessoal. Esse domínio é balizado fora dos conteúdos de justiça, direitos e bem-estar – ligados ao Domínio Moral – e fora dos conteúdos da organização social, estruturados pelo Domínio Convencional (Nucci, 1981).

O Domínio Pessoal, pois, engloba decisões estritamente pessoais, como a escolha de amigos e parceiros românticos, a opção por determinadas atividades de recreação e ações que incidem sobre o próprio corpo (como masturbação, uso do cigarro, corte de cabelo, tatuagem, etc.). Encontra-se fora da regulação social legítima, pois não é matéria do certo ou do errado, mas da preferência e da escolha, e tem como finalidade a manutenção de uma identidade pessoal.

Em virtude dessa compreensão, um primeiro passo dado por Nucci, em sua tese de doutorado, foi verificar se crianças e adolescentes distinguem ações relativas aos três domínios. O autor esperava que os participantes classificassem as ações da seguinte forma: 1) ações do Domínio Pessoal seriam vistas como aquelas que não devem ser regidas por regras, não afetam outras pessoas e envolvem apenas o próprio sujeito (por exemplo: assistir televisão em um dia de sol, interagir com amigos que os pais não aprovam, fumar em casa, manter a correspondência pessoal como algo privado); 2) ações do Domínio Convencional seriam avaliadas

em função de afetarem ou não a ordem social estabelecida, a depender da existência de regras que viessem de alguma autoridade, ou estabelecidas através de consenso (por exemplo: mascar chiclete ou comer em sala de aula, meninos entrarem no banheiro das meninas, comer com as mãos ao invés de usar talheres); 3) ações do Domínio Moral seriam classificadas em relação às suas consequências sobre os outros, independente da existência de regras (por exemplo: mentir, roubar, bater em alguém, agir de maneira egoísta, tomar a propriedade privada de alguém).

Nucci também avaliou como as crianças julgavam as ações dentro dos três domínios, em níveis de gravidade do erro: as transgressões morais seriam vistas como sendo algo “muito errado”, enquanto as violações de regra dos Domínios Convencional e Pessoal seriam vistas como sendo algo “pouco errado” ou “não é errado”.

Através dessa pesquisa, Nucci (1981) pôde confirmar, ao analisar as respostas sobre o porquê do nível de gravidade do erro, que os indivíduos, de fato, faziam uma distinção conceitual entre os três domínios. Seus estudos ratificaram, do mesmo modo, que as transgressões morais foram classificadas, em todas as idades, como sendo “muito errado”, em oposição às ações que envolviam o Domínio Pessoal e o Convencional. As transgressões que implicavam em conteúdos convencionais foram classificadas, em todas as idades, como sendo “pouco errado”, e os temas definidos como sendo da esfera pessoal foram classificados como “não é errado” ou como sendo menos errados que as violações nos outros domínios.

Vale ressaltar também que, nos casos em que os

participantes avaliaram uma mesma situação através de domínios diferentes, como o Pessoal e o Convencional, a regra era ambígua no que dizia respeito à manutenção da regularidade social. Isso foi observado, por exemplo, no caso de uma pessoa que resolveu comer com as mãos em um restaurante: os que consideraram o tema a partir de uma perspectiva convencional julgaram o ato como uma quebra de decoro; outros alegaram que essa escolha afetava apenas aquele que comia com as mãos, não prejudicando a ordem e o funcionamento do restaurante, pertencendo, pois, ao Domínio Pessoal.

Convém, a esta altura, apontar que a distinção entre os domínios proposta pela teoria de Turiel (1983) e Nucci (1981) vem sendo corroborada por uma série de estudos, publicados como artigos científicos, realizados em países e contextos diversos, e com participantes de diferentes faixas etárias. Dentre esses, podemos citar os de Nucci, Camino e Sapiro (1996), Killen e Smetana (1999), Ardila-Rey e Killen (2001), Yau e Smetana (2003) e Mullins e Tisak (2006).

Nucci e colaboradores (1996b) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar as concepções de crianças de classe média e baixa do nordeste brasileiro sobre conteúdos de escolha pessoal e regulação social. A pesquisa foi dividida em dois estudos: no primeiro, foram entrevistadas 40 crianças e adolescentes divididas igualmente entre a classe média e baixa com idades de 9 e 15 anos. O objetivo era saber se os participantes faziam distinções entre conteúdos morais e convencionais. Para tanto, foram realizadas entrevistas contendo historietas que envolviam duas ações do âmbito moral (bater em alguém e roubar) e três ações convencionais (não usar uniformes escolares, chamar os avós pelo

nome próprio e comer frango com as mãos). Após a apresentação das historietas, foram feitas perguntas às crianças sobre o certo e o errado das ações e as justificativas. Ao analisar os resultados, os autores constataram que os participantes fizeram uma distinção conceitual entre questões de moralidade e convenções sociais no que dizia respeito à contingência da regra e aos critérios de generalização.

Em um segundo estudo, foram realizadas entrevistas com 240 crianças e adolescentes brasileiros divididos igualmente de acordo com a classe social (média e baixa) e a idade (8, 12 e 16 anos). O objetivo dos autores era verificar se os participantes identificariam um conjunto de questões como pertencentes ao domínio pessoal, confirmando a existência desse domínio em sociedades consideradas como supostamente coletivistas, a exemplo do Brasil. Os resultados forneceram evidências de que as crianças mantiveram concepções sobre ações referentes ao domínio pessoal. Os adolescentes das duas classes sociais viram como certo participar de ações descritas dentro de itens pessoais, mesmo que essas ações fossem descritas como contrárias aos desejos da autoridade parental. Foram encontradas diferenças de classe nas respostas dos participantes, indicando que as crianças mais novas de classe média tenderam mais a tratar questões pessoais como questões de escolha e discricção pessoal do que crianças de classe baixa, que justificaram seus julgamentos sobre as questões pessoais baseados nas normas e restrições de autoridade (Nucci et al., 1996b).

Yau e Smetana (2003), por sua vez, realizaram entrevistas com 61 crianças chinesas de 4 e 6 anos para examinar suas concepções sobre eventos cotidianos que envolvessem conteúdos

morais, convencionais e pessoais. Foram apresentadas sete historietas envolvendo cada um dos domínios, contendo crianças e adultos como personagens principais. Como resultados, as autoras relataram que as crianças trataram os eventos pessoais diferentemente das obrigações morais e dos regulamentos convencionais. As crianças julgavam que a personagem criança podia decidir sobre questões pessoais com base em justificativas de escolha pessoal, enquanto que o personagem adulto podia legislar em questões morais e convencionais decisivas. Com o avanço da idade, as crianças concediam maior poder de decisão à personagem criança. Em contraste, as crianças consideravam as transgressões morais como mais graves e erradas, e essas transgressões eram erradas mesmo na ausência de alguma autoridade.

Em 2006, Mullins e Tisak realizaram um estudo com 45 crianças e adolescentes adotivos, objetivando avaliar se as crianças e os adolescentes que se encontravam em orfanatos diferenciavam as regras morais, convencionais e pessoais. O instrumento utilizado foi composto por historietas que continham a transgressão de um personagem em ações morais, convencionais e pessoais, seguidas de uma entrevista semi-estruturada. No que diz respeito ao Domínio Pessoal, verificou-se que os jovens adotivos responderam que era legítimo que a autoridade estabelecesse regras sobre os domínios Moral e Convencional, mas não era legítimo que as autoridades estabelecessem regras no que dizia respeito ao Domínio Pessoal. Os autores informaram que os participantes fizeram a distinção entre questões referentes aos domínios Moral, Convencional e Pessoal através do critério de avaliação do ato: as transgressões de ordem moral foram avaliadas como inaceitáveis, seguidas das transgressões convencionais,

consideradas menos inaceitáveis do que as transgressões morais, enquanto as transgressões pessoais foram consideradas as mais aceitáveis.

Ainda sobre a diferenciação entre o Domínio Pessoal e outros domínios, Ardila-Rey e Killen (2001) realizaram entrevistas com 63 crianças colombianas, com idades de 3, 5, e 7 anos. O objetivo deste estudo foi investigar as avaliações das crianças colombianas sobre o locus de controle, a legitimidade do professor e os métodos de resolução de conflitos de professores sobre interações pessoais, morais e convencionais na sala de aula. Como resultado, as autoras relataram que, com o aumento da idade, as crianças julgavam que elas próprias, e não os professores, deveriam tomar decisões (locus de controle) sobre o domínio pessoal (tais como a escolha de atividades e escolha de companheiros de brincadeiras) e também sobre algumas questões convencionais. A grande maioria das crianças, com o aumento da idade, preferiu que os professores usassem a negociação e a explicação em vez da punição, em todos os tipos de conflitos, fossem eles pessoais, morais ou convencionais. O raciocínio das crianças colombianas sobre eventos pessoais, morais e sócio-convencionais não era estritamente "hierárquico" ou "orientado para a autoridade".

Importante mencionar que esses resultados se contrapõem aos que têm sido encontrados em estudos baseados em uma perspectiva teórica denominada Psicologia Cultural. Pesquisadores dessa vertente (Markus & Kitayama, 1991; Shweder, Mahapatra, & Miller, 1987) têm comparado culturas ocidentais à não-ocidentais, argumentando que as concepções sobre o self e sobre a moralidade variam de acordo com as culturas, dentro da dimensão individualismo-coletivismo. Em sociedades

individualistas, a exemplo de países como Estados Unidos, Canadá e países da Europa Ocidental, os autores apontam que o self é desvinculado da ordem social, implicando em uma moralidade que privilegia os direitos individuais, o senso de agência e escolha pessoal e a igualdade. Por sua vez, as sociedades ditas coletivistas (como as de países da Ásia, América do Sul e África) formam sujeitos com uma concepção de self vinculada aos papéis que os indivíduos ocupam perante a sociedade. Neste tipo de sociedade, sobressalta-se uma moralidade do dever, baseada na subordinação dos desejos do self e na obediência à autoridade, que tem por objetivo manter a harmonia social. (Helwig, 2006; Markus & Kitayama, 1991; Shweder, Mahapatra, & Miller, 1987). A este respeito, Triandis (1989) postulou que o domínio pessoal pode ser mais robusto em sociedades individualistas do que em sociedades coletivistas.

No entanto, os estudos interculturais que foram publicados (Ardila-Rey & Killen, 2001; Nucci et al., 1996b; Yau & Smetana, 2003) indicaram que crianças e adolescentes buscavam de maneira ativa delimitar uma esfera pessoal de ação. De acordo com Nucci (1997), ainda que os limites e o conteúdo do Domínio Pessoal variem de acordo com as culturas, a identificação de áreas de privacidade constitui um requisito psicológico básico e universal, e não se limita a reivindicações de sociedades pautadas em culturas individualistas. Vale dizer ainda que outros estudos realizados com adolescentes tailandeses (Lee, Beckert & Goodrich, 2010), adolescentes afro-americanos (Smetana & Daddis, 2002) e famílias afro-americanas (Smetana & Gaines, 1999) reforçam a tese de que, de fato, as culturas coletivistas também reconhecem a necessidade de identificar e delimitar conteúdos referentes à esfera pessoal.

Além do estudo com Ardila-Rey, publicado em 2001, Melanie Killen já havia publicado outro estudo no contexto da sala de aula, dessa vez, na companhia de Judith Smetana. Killen e Smetana (1999) realizaram um estudo observacional com 20 crianças de 3 a 4 anos e seus professores com o intuito de verificar interações sociais relativas a questões pessoais da criança (como a escolha de uma atividade, o que comer, onde sentar e perto de quem) em comparação com questões morais e convencionais no ambiente da sala de aula. Ao observar as interações, as autoras registraram: 1) mensagens diretas e indiretas sobre interações pessoais, morais e convencionais; 2) se os professores forneceram às crianças o direito de escolha em relação às questões de domínio pessoal e se as crianças afirmaram a sua escolha nesses cenários; 3) por fim, foi feita uma comparação entre as interações professor-criança nos eventos pessoais e as interações nos eventos morais e convencionais. Como resultados, as autoras apontaram que as interações sociais sobre questões pessoais ocorreram com bastante frequência nas salas de aula, e essa frequência foi significativamente maior do que em eventos morais ou convencionais; os professores eram significativamente mais diretivos em suas interações com as crianças em relação a eventos morais e convencionais do que em relação a eventos pessoais; os eventos pessoais foram ativamente reivindicados pelas crianças; os professores raramente negociaram com crianças sobre questões pessoais na sala de aula, concedendo-lhes o direito da decisão. Os resultados sugerem que as questões referentes ao domínio pessoal são reconhecidas pelas crianças como algo legítimo e pertencente a elas próprias, e que os professores também reconhecem essa zona de privacidade.

A partir dos achados na área, Nucci (2001, p. 53-54) definiu o Domínio Pessoal como “uma série de ações que o indivíduo considera que pertence primariamente a ele próprio e, por conseguinte, encontra-se fora da área de regulação social justificável”. O que depreendemos, pois, que não é matéria do certo ou do errado, mas da preferência e da escolha, e tem como finalidade manter uma identidade pessoal.

O indivíduo, ao reconhecer essas ações, passa a estabelecer os limites entre o que está dentro da sua zona de privacidade e o que pertence ao terreno da regulação normativa. De acordo com Nucci, Killen e Smetana (1996a), a identificação e o controle sobre as questões referentes ao Domínio Pessoal, ainda na infância, constituem um aspecto fundamental para a afirmação da autonomia do indivíduo.

Nosso entendimento de autonomia, configura-se, pois, através da capacidade que o indivíduo tem para tomar decisões e exercer controle sobre áreas importantes da sua vida, sendo esta uma necessidade psicológica universal que se diferencia qualitativamente durante o desenvolvimento (Helwig, 2006). Segundo Erikson (1963, 1968, como citado em Helwig, 2006) há duas etapas do desenvolvimento que são especialmente importantes para a autonomia: a primeira infância, período em que surgem as primeiras concepções do *self*, e a criança passa a ser dotada de uma maior assertividade, gerando conflitos entre a necessidade de realização dos seus desejos e as normas impostas pelos adultos (fenômeno nomeado por Erikson “os terríveis dois”) e a adolescência, quando a necessidade de individuação torna-se uma condição psicológica patente no indivíduo. Erikson afirma ainda (1963, 1968, como citado em Helwig, 2006) que a construção

da autonomia depende de uma negociação bem-sucedida entre as necessidades do sujeito e as demandas externas (como, por exemplo, as expectativas dos pais sobre os filhos).

E como ocorre a construção, pela criança, daquilo que representa o seu Domínio Pessoal? Para a abordagem do desenvolvimento, essa construção não provém de uma façanha originária do indivíduo, mas de uma elaboração que envolve, primeiramente, o entendimento da diferenciação dos conteúdos pertencentes aos outros domínios. Quanto mais clara for a discriminação de cada domínio, mais fácil será o estabelecimento da compreensão do que, de fato, pertence à esfera pessoal. Além dessa distinção entre domínios, a construção do que vem a ser conteúdo do Domínio Pessoal na infância varia também em consequência de um contexto de relações sociais que são, por natureza, assimétricas: uma vez que a criança depende da proteção, do cuidado e do ensino de seus pais para se desenvolver, sua liberdade de ação depende, sobremaneira, do julgamento dos adultos. Assim, as construções infantis sobre o Domínio Pessoal estão intrinsecamente ligadas às tentativas da criança de negociar com seus pais, levando em conta a natureza assimétrica desse tipo de relação (Killen & Nucci, 1995; Nucci, Killen & Smetana, 1996).

Na infância e adolescência, temos os seguintes exemplos de áreas tipicamente compreendidas dentro do Domínio Pessoal: o conteúdo de diários pessoais, ligações telefônicas e cartas (que hoje podem ser substituídos por mensagens de *Whatsapp* e uso de redes sociais); os aspectos relativos à aparência, como a escolha da roupa e corte de cabelo; a escolha de amigos, a maneira como se usufrui do tempo livre e a forma como se gasta o dinheiro da mesada (Nucci, 1981, 1994, 1997, 2014).

Por outro lado, para que os pais concedam à criança o direito de regular aquilo que é de ordem pessoal, é necessário que haja uma avaliação positiva das habilidades da criança, isto é, a criança é avaliada na sua capacidade de realizar atividades, de maneira que suas ações não acarretem danos para si. Com o avanço na idade e o aumento das competências para gerir a sua própria vida, há uma tendência de que o controle sobre as questões de ordem pessoal passe dos pais para a criança (Nucci; Killen & Smetana, 1996), e essa passagem pode ser fonte de conflito familiar (Nucci et al., 1996a).

O DOMÍNIO PRUDENCIAL

Em 1984, Tisak e Turiel publicaram um artigo intitulado “*Children's Conceptions of Moral and Prudential Rules*”, relatando que, embora as regras morais sejam relacionadas com a prevenção de um dano ao outro, essa característica não é suficiente para definir os conteúdos pertencentes ao Domínio Moral. As regras prudenciais, por exemplo, também estão relacionadas com a prevenção de um dano. O que verdadeiramente diferencia esses dois conceitos (moral e prudência), é o fato de as regras morais interferirem em características das relações sociais, regulando-as, ao passo que as regras prudenciais englobam apenas o componente do dano. Por exemplo: proibir uma criança de bater em outra engloba o cuidado com o outro e também a regulação das relações sociais, o que constituiria, portanto, uma regra moral; por outro lado, proibir uma criança de brincar com facas engloba apenas o

componente de dano, que será potencialmente causado apenas a quem pratica o comportamento imprudente, sendo, assim, uma regra prudencial (Tisak & Turiel, 1984).

Após explicitarem a diferença entre os dois conceitos, Tisak e Turiel (1984) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se as crianças diferenciavam as regras morais das regras prudenciais. Os autores realizaram entrevistas com crianças, apresentando três historietas que envolviam a existência de regras proibindo dois tipos de ação referentes a conteúdos morais e um tipo de ação de conteúdo prudencial. Nas historietas, os personagens infringiam as regras. Para os conteúdos de ordem moral, os eventos eram: 1) uma criança roubou o dinheiro do lanche do seu colega de classe; 2) uma criança empurrou outra criança que estava andando de bicicleta, provocando-lhe uma queda. Para o conteúdo que envolvia a prudência, foi utilizada uma única história: uma criança decidiu correr na chuva, caiu e sofreu um corte no joelho.

Como resultados, Tisak e Turiel (1984) reportaram que: a maioria dos participantes considerou as regras morais como sendo úteis, e a sua violação como sendo algo errado. As regras morais foram julgadas como sendo mais importantes que a regra prudencial, e deveriam ser válidas mesmo se a regra não existisse. As justificativas para a existência das regras morais foram fundamentadas nos direitos dos indivíduos e no bem-estar do outro, denotando um enfoque no aspecto social das relações. Por sua vez, a principal justificativa para a regra prudencial foi a prevenção de uma consequência negativa para o próprio indivíduo, evidenciando uma diferença nos dois tipos de regras, onde a prudência não estaria relacionada a elementos sociais. As crianças identificaram a regra prudencial como algo desvinculado tanto da

regulação moral como das convenções. Esses resultados apontam para uma distinção entre conteúdos morais e conteúdos prudenciais, indicando a regulação moral como sendo mais necessária do que a regulação de ações que envolvem danos ao próprio indivíduo.

O estudo dessas relações entre moral e prudência mostrou que as diferenças de idade, nos julgamentos sobre a regra prudencial variavam de acordo com a faixa etária: as crianças mais velhas (10 a 11 anos) tenderam a julgar a regra prudencial como relativa, baseada, sobretudo, na escolha pessoal. O mesmo não aconteceu com as crianças de 6 a 7 anos. Isso quer dizer que, com o avanço da idade, as crianças consideraram que o ato de se ferir ou não se ferir era algo pertencente à jurisdição do próprio indivíduo.

Acredita-se que o Domínio da Prudência, de fato, está circunscrito ao Domínio Psicológico, pois trata de questões referentes ao próprio indivíduo. Contudo, ele pode se contrapor ao Domínio Pessoal, também pertencente ao Domínio Psicológico. Lembremo-nos do que foi comentado anteriormente, de que os pais passam a conceder à criança o direito de regular o que é de sua ordem pessoal na medida em que avaliam-na como capaz de se comportar de maneira a não acarretar danos a si. Vemos aí como pode ocorrer o conflito entre os dois domínios: na medida em que a prudência busca proteger o indivíduo de ações cometidas por ele próprio, mas que podem resultar num perigo ou numa ameaça ao bem-estar e a segurança desse mesmo indivíduo (por exemplo, a criança deseja brincar, mas os pais a proíbem porque ela está doente).

Os pais costumam exercer controle no que diz respeito aos conteúdos que envolvem a prudência na medida em que não

enxergam seus filhos como capazes de tomar decisões sábias em relação ao seu bem-estar. Portanto, tal como ocorre em relação ao Domínio Pessoal, com o passar da idade e o aumento da percepção dos pais sobre as competências de seu filho(a) para coordenar suas ações de maneira saudável, há uma tendência de que a prudência vá sendo trespassada dos pais para os filhos (Nucci et al., 1996a).

Importante destacar que, ainda de acordo com Nucci e colaboradores (1996a), os pais não concedem o direito da tomada de decisão aos seus filhos em todos os tipos de situação. Os autores acreditam que um maior controle parental seja exercido em assuntos referentes a questões morais, convencionais e prudenciais do que em questões tipicamente inseridas no Domínio Pessoal. Isso porque questões do Domínio Pessoal não acarretam consequências negativas para o outro, tais como as transgressões morais, e nem trazem prejuízos para a manutenção da ordem social, como as transgressões convencionais.

No entanto, pesquisas apontam que, na passagem da infância para a adolescência, a percepção sobre o espectro do Domínio Pessoal aumenta largamente, causando um descompasso no entendimento dos pais com os filhos, onde os pais, frequentemente, encontram-se atrasados na disposição para conceder a autonomia que o adolescente pleiteia (Smetana, 1989; Smetana & Asquith, 1994).

SOBREPOSIÇÕES E COORDENAÇÕES INTERDOMÍNIOS: AS QUESTÕES MULTIFACETADAS

Como o mundo social é complexo, existem eventos ou situações em que não é possível guiar-se apenas por princípios de um único domínio, pois ocorrem conflitos com outros objetivos e valores. Essas situações são chamadas pelos teóricos dos domínios de questões multifacetadas (Smetana, 2010), e referem-se a conteúdos que não evocam um domínio específico, mas encontram-se na interseção entre dois ou três domínios. Foram identificados três tipos de questões multifacetadas: mistura de domínios, que tratam dos eventos sociais que são interpretados com elementos de mais de um domínio (por exemplo, o ato de “furar fila”, que pode ser pensado através de considerações morais de justiça e dano psicológico, mas também através de considerações convencionais de grosseria, polidez e adequação normativa); eventos de segunda-ordem, que se referem a casos em que uma violação convencional é vista como causadora de dano ou dano moral (como por exemplo, o raciocínio de que a nudez pública na praia é pensada como uma ofensa a terceiros); e eventos multifacetados ambíguos, em que diferentes indivíduos fazem atribuições de domínios distintos sobre o mesmo evento (por exemplo, o aborto: quando as pessoas consideram que o feto é uma vida, o aborto é pensado como um fenômeno moral, ao passo que, quando consideram que o feto se torna uma vida humana ao nascer, a decisão do aborto é vista como uma prerrogativa pessoal e de controle da mulher sobre seu corpo) (Smetana, 1983).

Três formas de tratar as questões multifacetadas ao lidar

com situações concretas têm sido destacadas (Nucci, 2001): enfatizando os princípios de um domínio, com a consequente subordinação do outro domínio; instaurando um conflito sobre a melhor forma de conceituar uma questão específica, com ausência de resolução ou reconciliação entre os componentes; coordenando vários componentes de cada domínio, de modo que cada um seja levado em consideração na solução do problema.

As questões multifacetadas envolvem conflitos entre raciocínios de diferentes domínios e não ocorrem apenas no nível intrapsíquico. Muitas situações são analisadas por dois ou mais indivíduos a partir de perspectivas diferentes, podendo gerar conflitos entre os mesmos. No contexto familiar, essa discrepância entre as perspectivas de pais filhos é o que, muitas vezes, constitui-se como o estopim para os conflitos familiares. Como exemplo, pode-se citar casos como a decisão do adolescente em manter seu quarto limpo, fazer uma tatuagem ou escolher a hora de voltar para casa após uma festa. Como mostram o conjunto de pesquisas revisados em Smetana (2010), para os filhos, esses seriam conteúdos pertencentes ao Domínio Pessoal, mas, na concepção dos pais, essas situações têm aspectos que suscitam conteúdos convencionais ou prudenciais.

Começamos, então, a perceber como a Teoria dos Domínios Sociais pode nos auxiliar a compreender a origem e o desenrolar dos conflitos que surgem no seio familiar. No próximo capítulo, nós abordaremos esses conflitos de maneira mais aprofundada, tendo como enfoque principal os conflitos que ocorrem durante a adolescência.

Capítulo III

DOMÍNIOS SOCIAIS E OS CONFLITOS COM OS PAIS NA ADOLESCÊNCIA

ADOLESCÊNCIA E CONFLITOS COM OS PAIS

A passagem da infância para a adolescência marca o relacionamento entre pais e filhos com alterações importantes. Estudos empíricos reportam que, depois do período da puberdade, ocorrem diminuições nos sentimentos de afeto, apoio e proximidade emocional com os pais, além de declínio do afeto físico. Concomitantemente, aumenta a aproximação com os pares e, posteriormente, com parceiros românticos (Barber, Maughan & Olsen, 2005; Furman & Buhrmester, 1992). Além disso, o desenvolvimento cognitivo ocasiona avanços no raciocínio abstrato do adolescente que proporcionam o surgimento de distinções mais amplas e de uma visão mais igualitária de relações que antes se orientavam pela lógica do respeito unilateral aos adultos (Piaget, 1932). Assim, na adolescência, os indivíduos tendem a avançar em direção a relações marcadas pela reciprocidade e pelo respeito mútuo nas interações com os pais. A dificuldade dos pais em transformar as relações com os filhos – antes pautadas no respeito unilateral dos filhos para com os pais – em relações mais igualitárias é, muitas vezes, o estopim para o surgimento de conflitos no universo familiar.

Muito tem sido teorizado sobre a vivência do conflito, o que nos permite ratificar o fenômeno como intrínseco à existência humana. Aliás, o conflito tem sido apontado como fundamental para a aquisição de novos conceitos. Em sua visão psicogenética, Piaget (1975) fala sobre os conflitos internos que ocorrem durante todo o desenvolvimento: o autor afirma que o desenvolvimento intelectual corresponde a um processo de mudanças que leva o indivíduo de estruturas cognitivas simples a estruturas cada vez mais complexas, passando por vários desequilíbrios e reequilibrações. O conflito cognitivo é um dos impulsionadores que leva o indivíduo a buscar comportamentos mais adaptativos, fazendo-o avançar em seu conhecimento. Piaget afirma ainda que, sem o conflito, o conhecimento seria estático.

Inerentes à natureza humana, os conflitos não ocorrem apenas no nível intrapessoal, eles se constituem, sobretudo, como um elemento onipresente das relações interpessoais. De acordo com Killen e Nucci (1995), os conflitos interpessoais têm sido analisados como agentes da promoção de mudanças, tendo em vista que, para manter o equilíbrio social, os indivíduos são forçados a assumir diferentes pontos de vista. A esse respeito, Shantz e Hartup (1992, p.2), afirmam que:

o conflito tem sido amplamente reconhecido como uma força central na mudança desenvolvimental, para ambos os lados, favorável e desfavorável. Atualmente, não tem outro fenômeno singular que faça um papel significativo e amplo no desenvolvimento humano como o conflito faz. Muitas funções diferentes (cognição, cognição social, emoções e relações sociais) estão sendo

*formadas e/ou transformadas pelo conflito.
(tradução da autora).*

Os conflitos interpessoais são entendidos aqui como situações de interação social em que ocorre o choque entre forças opostas, causando, muitas vezes, desacordo e frustração (Laursen & Collins, 1994). Neste capítulo, dar-se-á ênfase aos conflitos interpessoais que ocorrem durante a adolescência, nas relações estabelecidas entre pais e filhos.

A natureza obrigatória e permanente do relacionamento entre pais e filhos, somada às diferenças de papéis, responsabilidades e status que cada um ocupa na família compõem um contexto propício para a formação de conflitos. Na dinâmica familiar, pais e filhos assumem diferentes papéis, responsabilidades e ocupam uma posição que os distingue tanto dentro de casa como na sociedade. Exatamente por este motivo é que, não raras vezes, pais e adolescentes possuem perspectivas e objetivos diferentes em suas interações sociais diárias.

De fato, a literatura documenta que os conflitos com os pais aumentam na medida em que os filhos entram na adolescência (Laursen, Coy & Collins, 1998). O que é mais comum de ocorrer são pequenas discordâncias e confrontos entre pais e filhos, relacionados a questões que envolvem autoridade, autonomia, responsabilidades e comportamentos apropriados (Smetana, 2010). É importante ressaltar, no entanto, que as disputas frequentes, de alta intensidade e furiosas não são normativas durante essa etapa do desenvolvimento. Ao contrário, acredita-se que esse padrão de conflitos se origina de relações que já são conturbadas anteriormente à adolescência, o que revela que a tal rebeldia adolescente parece ser um mito (Papalia & Feldman, 2013).

Uma metanálise realizada por Laursen e colaboradores (1998) indicou que os conflitos com os pais variavam em frequência e intensidade em função do período da adolescência, seguindo as seguintes tendências: o início da adolescência trazia uma maior frequência de conflitos, que eram de leve intensidade; na metade da adolescência, os conflitos eram mais “quentes”, porém menos frequentes; por fim, o final da adolescência foi o período com conflitos menos frequentes, mas com maior intensidade.

Smetana (2011) aponta que, durante muitos anos, os estudos sobre o desenvolvimento social conceberam o desenvolvimento da criança como um processo hierarquizado de aquisição de normas e padrões culturais, onde os pais ensinavam aos seus filhos as normas, os valores e as expectativas de sua cultura, garantindo a “perpetuação” do conhecimento nas gerações ulteriores.

Dentro dessa abordagem, os desentendimentos entre pais e filhos corresponderiam a uma não-internalização dos valores transmitidos pelos pais. Smetana (2011) indica que essa visão reflete uma compreensão limitada das interações estabelecidas entre pais e filhos, em que se exclui a dimensão interativa e recíproca do desenvolvimento social:

os filhos não são moldados pelas ações dos pais. Ao invés disso, eles interpretam ativamente suas experiências sociais com pais, outros adultos e colegas, e tentam dar sentido ao seu mundo social. (Smetana, 2011, p. 56).

As mudanças no desenvolvimento que ocorrem na passagem da infância para a adolescência exigem, dos pais e dos

filhos, um ajuste mútuo a novas expectativas de comportamento. Um aspecto normativo da transição no relacionamento entre pais e filhos na adolescência é o realinhamento do poder e das expectativas em ambas as partes, pois, ao mesmo tempo em que os filhos se empenham em angariar maior autonomia em relação à sua tomada de decisão, há uma diminuição nas concepções dos filhos sobre a legitimidade da autoridade parental (Pérez, Cumsille & Martínez., 2016). Essa mudança de posição, muitas vezes, é vista pelos pais como uma ameaça à manutenção da organização familiar (Smetana, Braeges & Yau, 1991). Estudos apontam que há uma concordância entre pais e filhos sobre a matéria dos conflitos, que dizem respeito a pequenos detalhes da vida cotidiana, como a realização de tarefas, as relações sociais que o adolescente estabelece, a regulação de atividades e de relacionamentos interpessoais (Smetana, 1989; Yau & Smetana, 2003).

A ocorrência desses conflitos se dá, tipicamente, em detrimento das expectativas dos pais, que gostariam que seus filhos agissem conforme o seu arbítrio, o que, comumente, não ocorre (Dekovic, Noom, & Meeus, 1997; Montemayor, 1983). Smetana (1989) indica que os pais se referem aos conflitos familiares mencionando as características de personalidade e o estilo comportamental dos adolescentes, e ainda, que os pais não estão dispostos a renunciar ao controle sobre questões como a regulação das relações interpessoais e as atividades do filho. Desta maneira, os conflitos intrafamiliares que ocorrem durante a adolescência parecem fornecer um contexto de debates sobre a extensão do desenvolvimento da autonomia dos adolescentes.

No cerne do conflito, reside a dificuldade em estabelecer

aquilo que é passível de ser controlado pelos pais e o que o adolescente julga que pertence à sua esfera pessoal. Essa natureza do conflito, portanto, tem uma funcionalidade no processo de desenvolvimento, que é a de promover no adolescente seu senso de identidade, facilitando o processo normativo de separação e diferenciação da família (Adams & Laursen, 2001). Conforme expõe Helwig (2006), é no contexto do conflito com os pais que, muitas vezes, constrói-se no adolescente o conceito de autonomia e os direitos que a ela estão associados, haja vista que os filhos tentam reivindicar sua liberdade pessoal e são confrontados com a oposição dos pais e outras autoridades.

A verdade, portanto, é que o surgimento de conflitos é inevitável. Eles desempenham um papel importante nas relações entre pais e filhos durante a adolescência, e podem ser compreendidos como um veículo de comunicação e uma maneira de renegociar papeis na tentativa de transformar as relações hierárquicas em relações mais igualitárias (Goossens, 2006). No entanto, apesar do seu potencial construtivo, as evidências apontam que, quando ocorrem de maneira frequente e hostil, os conflitos funcionam como um marcador do desajustamento de adolescentes (para uma revisão, ver Weymouth et al. 2016).

Os Domínios Sociais e a Relação com os Conflitos

Os conflitos entre pais e filhos serão analisados, a seguir, dentro do contexto da Teoria dos Domínios Sociais (Nucci, 1981; Turiel, 1983), que tem se mostrado relevante para analisar como se organizam as interações sociais entre pais e filhos. Como vimos nos capítulos anteriores, a teoria dos domínios descreve o desenvolvimento do pensamento sobre os eventos sociais como sendo estruturado dentro de domínios conceituais distintos, que surgem a partir das interações sociais. Discutiu-se o Domínio Moral, que está relacionado com a percepção das consequências negativas que um ato pode desencadear no outro; o Domínio Convencional, que diz respeito a regras comportamentais que são definidas pelo contexto social e o Domínio Psicológico (subdivididos em Pessoal e Prudência) e os Domínios Multifacetados.

A fim de compreendermos melhor os conflitos familiares e eventualmente pensar sobre as formas pelas quais eles são resolvidos (Capítulo VI), devemos inicialmente explorar as diferentes perspectivas que subjazem a eles, isto é, as perspectivas dos pais e as dos filhos. Segundo Smetana (2011), a ênfase no conflito permite analisar essas diferentes interpretações, dando igual voz a pais e filhos e tirando o foco da obediência/desobediência dos filhos em relação às expectativas dos pais. Assim, os adolescentes podem ser ouvidos sem serem avaliados sob o viés dos desejos e padrões de seus pais.

Essas análises estão balizadas pelo conjunto de trabalhos realizados por Judith Smetana e seus colaboradores (Smetana,

1988, 1989, 2000; Smetana & Asquith, 1994; Smetana et al., 1991; Smetana & Daddis, 2002; Smetana, Daddis & Chuang, 2003; Smetana & Gaines 1999; Yau & Smetana, 1996; Yau & Smetana, 2003) no decorrer de mais de duas décadas de pesquisas, e que se encontram compilados no livro *Adolescents, Families and Social Development: How teens construct their words* (Smetana, 2011).

A seguir, faremos uma breve exposição de alguns dos principais resultados expostos nesse livro. O estudo em questão foi realizado com 102 famílias norte-americanas de origem europeia, de classe média, compostas por adolescentes de 10 a 18 anos e seus pais (todas as famílias possuíam ambos os pais presentes no lar). Foram feitas entrevistas com os filhos e pais, nas quais eles eram perguntados sobre os desentendimentos que experienciavam na convivência em seu dia-a-dia. Cada integrante da família foi entrevistado individualmente, sendo todas as falas gravadas e posteriormente transcritas para análise.

Descreveremos, a partir de agora, a forma como os pais justificavam a existência de conflitos dentro de casa para, em seguida, serem explicitadas as justificativas dos adolescentes para os seus conflitos familiares.

A PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE OS CONFLITOS

A partir de suas entrevistas com pais acerca dos conflitos existentes na relação pais-adolescentes, Smetana (2011) encontrou que 50% dos conflitos suscitados pelos discursos dos pais estavam relacionados ao Domínio Convencional, 25% por questões

próximas ao Domínio Prudencial e 15% por temas oriundos do Domínio Moral.

No que diz respeito aos conflitos do Domínio Convencional, foram encontrados vários tipos de justificativas para o surgimento dessa categoria de conflito, a saber:

1. A necessidade de respeito à autoridade parental. Essa justificativa foi encontrada, por exemplo, nos discursos “se ele vive em nossa casa, tem que seguir as nossas regras”, ou ainda “eu sou o chefe dessa casa”. Os limites da autoridade muitas vezes eram percebidos de maneira diferente pelos pais e seus filhos, como é o caso da organização do quarto do adolescente: enquanto os filhos julgavam que aquele espaço era privado e que podiam decidir como organizá-lo, os pais afirmavam que a casa era deles e, portanto, que os filhos deveriam organizá-lo da forma como eles (os pais) gostariam. Em seus discursos, foi encontrada também uma alusão a um tipo de autoridade mais elevada, como “isso não está certo porque é contra a lei” ou “a bíblia diz que não se deve fazer isso” (Smetana, 2011);
2. O fato de os pais conceberem a família como uma unidade, e julgarem a participação de todos como sendo necessária para um funcionamento equilibrado do sistema familiar. Como exemplo de conflitos relacionados a esse tipo de situação, Smetana cita o seguinte discurso de um pai:

todo mundo tem que fazer sua parte. Eu trabalho, volto para casa cansado e não suporto quando Henry entra pela porta, deixa cair a mochila e o casaco. Em seguida, ele deixa papéis e livros em cima das escadas. Henry precisa pegar e guardar suas coisas, precisa fazer sua parte como um membro da família e fazer suas tarefas, mas ele não quer (p. 61, tradução da autora).

3. A preocupação com a reação negativa dos outros em relação à forma como os filhos se portam: neste contexto, os pais manifestavam grande necessidade de conformidade social, e a não adequação aos padrões acarretava em graves consequências negativas, sobretudo, no que dizia respeito à aparência dos filhos.

Como dito anteriormente, essas justificativas para os conflitos baseadas nas convenções sociais constituíram o tipo de resposta que mais se repetiu nos discursos dos entrevistados. Segundo Smetana (2011), essa preocupação dos pais com as convenções sociais demonstra o interesse em ajudar o adolescente a inserir-se no arcabouço de competências exigidas pela sociedade para que ele desenvolva sua vida com produtividade.

No que diz respeito ao Domínio Moral, Smetana (2011) reporta que a maior parte dos conflitos entre pais e filhos adolescentes referiu-se à necessidade dos pais de intervirem em situações de brigas com irmãos – e eventualmente com amigos – quando: 1) a ação do filho poderia trazer danos físicos ao outro; 2) os sentimentos de alguém poderiam ser prejudicados pela atitude do filho; 3) os filhos não partilhavam seus bens entre si de maneira equitativa.

Os conflitos que se enquadravam dentro do Domínio Prudencial diziam respeito a ações dos filhos que os pais consideravam que poderiam ser prejudiciais a eles próprios, como, por exemplo: dormir tarde da noite quando tinham de acordar para assistir a aula no dia seguinte; preocupações com o que se faz durante as horas vagas, como o uso excessivo de videogames; e questões relacionadas à segurança do adolescente, como nos casos em que o filho saía sozinho, sem a supervisão de um adulto (Smetana, 2011).

Os Domínios Sociais e a Percepção dos Filhos sobre os Conflitos

Os resultados das entrevistas realizadas com os filhos adolescentes revelaram que metade das respostas dos adolescentes sobre as causas dos seus conflitos familiares diziam respeito à intromissão dos pais em conteúdos que os adolescentes julgavam ser de Domínio Pessoal. Dentre esses conteúdos, observou-se:

1. A maneira como o adolescente fazia uso do seu quarto, deixando-o bagunçado aos olhos dos pais. O quarto era entendido, majoritariamente, como sendo território do adolescente, e a maneira como ele era organizado expressava a identidade de seus donos, não cabendo aos pais legislar sobre sua limpeza ou organização;
2. Os horários do adolescente para realizar alguma atividade: esta justificativa era dada para situações em que o adolescente era responsável por alguma atividade

dentro da organização familiar (como, por exemplo, aparar a grama uma vez por semana). Os filhos afirmaram que, muitas vezes, os pais queriam definir um dia e horário específicos para o adolescente realizar a atividade. Eles, por sua vez, julgavam que essa deveria ser uma atribuição única e exclusiva deles, e que os pais não deveriam se intrometer, respeitando a escolha de seus filhos e dando-lhes liberdade para fazerem a atividade no momento em que achassem oportuno;

3. O horário de dormir. Os adolescentes julgavam que eles próprios tinham discernimento suficiente para definir seus horários de ir para a cama, e que eles eventualmente podiam dormir mais tarde (por estarem fazendo uma atividade, por terem tido um dia cansativo e decidirem assistir a um filme, etc.). Eles afirmavam ainda que sabiam das consequências negativas do ato de dormir tarde, como o fato de acordarem mais cansados para irem à escola no dia seguinte, e que, exatamente por isso, não havia razão para que os pais se intrometessem nesse tema;
4. A maneira como o adolescente gastava seu próprio dinheiro: muitos adolescentes afirmavam que gostavam de comprar roupas da moda, por exemplo, enquanto seus pais preferiam que eles poupassem suas mesadas. Os adolescentes defendiam que o dinheiro era deles e, embora a ideia de poupar dinheiro fosse interessante, eram eles próprios quem deveriam decidir o que fazer;

5. Escolhas pessoais que demonstravam a individualidade do adolescente: como, por exemplo, homens usarem um brinco. Por mais que os pais achassem estranho, os adolescentes justificavam que eles deveriam usar caso eles gostassem. O uso do brinco, para eles, era tido como um gosto qualquer, como gostar ou não de algum esporte.
6. O tempo que o adolescente passava falando ao telefone: os jovens relataram que seus pais não davam privacidade durante suas ligações telefônicas e reclamavam, por exemplo, que o tempo gasto no telefone poderia ser investido nas lições da escola. Contudo, os adolescentes defendiam que não havia problema em usar o telefone algum tempo, e que essa decisão deveria ser deles;
7. A privacidade em relação a objetos pessoais que estavam guardados dentro do próprio quarto: muitos adolescentes relataram que as mães entravam nos quartos e mexiam em suas coisas pessoais, como cartas, textos escritos, etc. Eles não aceitavam esse tipo de intromissão, justificando que aqueles assuntos não eram da conta de seus pais, diziam respeito somente a eles próprios (Smetana, 2011).

No que diz respeito aos conflitos relacionados ao Domínio Moral, assim como nas entrevistas com os pais, os adolescentes se referiram muito pouco a essa categoria de conflitos. Nos casos em que ocorreram – cerca de 10% do total das entrevistas –, os conflitos eram relacionados com irmãos, e os pais se envolviam quando precisavam decidir sobre qual direito deveria prevalecer. Os

conflitos ocorriam, geralmente, quando os pais tomavam o lado oposto ao do adolescente entrevistado, fazendo prevalecer o direito do irmão (Smetana, 2011).

Por fim, o raciocínio sobre as convenções sociais, que tanto preocupam os pais e são alvos de conflitos frequentes, foi pouco relatado como matéria de conflito suscitada pelos adolescentes, correspondendo a um total de 13% das entrevistas. Quando os adolescentes utilizavam conteúdos convencionais como justificativa em seus argumentos para os conflitos, era em relação às convenções dos seus grupos de pares, como, por exemplo, a leitura de um livro que estava na moda do universo adolescente, e os pais criticavam sua leitura. A adesão às convenções específicas de um grupo social não ocorreu somente em relação a livros, mas em relação à aparência (cortes de cabelo, penteados, etc), uso de roupas, entre outros. De acordo com Smetana (2011), a forma não convencional dos adolescentes em relação à sua aparência era uma das maneiras do adolescente construir sua identidade, diferenciando-se de seus pais.

Nota-se, a partir dos resultados apresentados, que muito daquilo que os pais enquadravam como conteúdos pertencentes ao Domínio Convencional e ao Domínio Prudencial (por exemplo, a aparência, a organização do quarto, a hora de dormir e o uso do tempo nas horas vagas) os adolescentes compreendiam como sendo parte do Domínio Pessoal.

Como nem todas as questões são claramente delimitadas dentro dos domínios moral, convencional e pessoal, muitos conteúdos estão na esfera dos domínios multifacetados (Smetana, 2011), isto é, um conjunto de comportamentos que não correspondem a um domínio específico, mas encontram-se na

interseção entre dois ou três domínios, como foi abordado no primeiro capítulo.

Como exemplos de questões multifacetadas que geram conflitos nas interações entre pais e filhos, destacam-se conteúdos relacionados ao domínio convencional (como uso de *piercing* e tatuagens, não limpar o quarto, assistir TV a cabo e sair com amigos ao invés de sair com a família), e ao domínio prudencial (por exemplo, ficar fora de casa até tarde, uso de cigarros e bebidas alcoólicas, uso de drogas, namoro e relações sexuais, manutenção de amizades com amigos que os pais não gostam).

Tomando os achados do estudo de Smetana (2011), podemos perceber que a maior parte dos conflitos entre pais e filhos experienciados no dia-a-dia trazem como conteúdo subjacente um desacordo na percepção sobre os domínios sociais envolvidos. São situações em que os pais ajem no intuito de reforçar as convenções e preservar a integridade dos filhos adolescentes, enquanto estes percebem tais medidas como um ataque àquilo que diz respeito a seu domínio pessoal, e, portanto, atuam no sentido de defender sua individualidade e autonomia.

No capítulo seguinte, nos aprofundaremos sobre as perspectivas dos adolescentes nos conflitos com os pais envolvendo a violação e defesa do Domínio Pessoal, a partir de uma pesquisa realizada no contexto brasileiro.

Capítulo IV

A DEFESA DO DOMÍNIO PESSOAL FRENTE A AUTORIDADE PARENTAL

O estudo que será apresentado nesse capítulo diz respeito a um recorte da pesquisa realizada como parte de minha dissertação de mestrado (Braga, 2017). O principal objetivo do trabalho foi verificar como filhos adolescentes defendiam o seu Domínio Pessoal (DP) quando este era confrontado com o uso da autoridade parental, a partir de diferentes situações hipotéticas. Para tanto, examinou-se o raciocínio de adolescentes sobre o direito dos pais de tomarem decisões no lugar de seus filhos. A faixa etária escolhida foi a de 15 a 17 anos, um período mais próximo ao final da adolescência, onde esperava-se que os adolescentes contassem com uma maior iniciativa à defesa do Domínio Pessoal (Nucci et al., 1996).

Foram formuladas, inicialmente, seis historietas fictícias envolvendo conflitos entre o Domínio Pessoal dos filhos e o comportamento autoritário dos pais. As histórias foram elaboradas a partir de uma pesquisa anterior, realizada com jovens adultos, em que foram perguntados sobre os tipos de conflitos com os pais que eles enfrentavam na adolescência. Com base nisso, foram elaboradas histórias para explorar conflitos envolvendo os seguintes temas: início da vida sexual, escolha da carreira profissional, direito à privacidade, saída noturna com amigos, tempo gasto nas horas vagas e escolha das amizades. Decidiu-se conduzir primeiramente uma pesquisa piloto, com o intuito de averiguar a adequação dos dilemas e das perguntas feitas nas

entrevistas aos objetivos propostos para o trabalho. A partir da pesquisa piloto, decidiu-se excluir duas das histórias, referentes ao tempo gasto nas horas vagas e à escolha das amizades, para a pesquisa principal.

Participaram do estudo principal 36 adolescentes de 15 a 17 anos, sendo 18 adolescentes do sexo feminino e 18 do sexo masculino, estudantes de uma escola da rede privada da cidade de João Pessoa-PB. Todos os adolescentes tinham pais casados e que residiam na mesma casa eles. As histórias apresentadas envolviam um personagem adolescente, cujo sexo variou de maneira a ter o mesmo sexo do participante, visando facilitar a autorreferência por parte do entrevistado. As entrevistas foram feitas individualmente, com uso de gravador, em uma sala reservada para tal finalidade.

A seguir mostraremos as quatro histórias a que os participantes foram apresentados, destacando que haviam duas versões de cada uma delas, uma para cada sexo.

História sobre o Início da Vida Sexual: Lucas é um adolescente e decidiu que estava na hora de ter relações sexuais com sua namorada. Certo dia, a mãe de Lucas entrou no quarto do filho para pegar uma caneta emprestada e encontrou uma camisinha numa das gavetas. A mãe de Lucas ficou bastante preocupada e, em seguida, disse para o filho que havia perdido a confiança nele e que a partir de então iria controlar as saídas de Lucas.

História sobre a Escolha da Carreira Profissional: Nathália é uma adolescente e irá fazer o Enem no final do ano. Ela tem muita vontade de fazer o curso de História e acha que poderia se dar bem atuando na área. O pai de Nathália, preocupado com o

futuro da filha, diz que o curso de História não tem futuro e insiste para que ela tente fazer Engenharia, Medicina ou Direito.

História sobre o Direito à Privacidade: Daniel é um adolescente e recentemente começou a namorar uma menina do colégio. Ele resolveu esperar um pouco antes de contar aos seus pais a novidade. Nos últimos dias, a mãe de Daniel percebeu que ele está mais calado em casa e passa bastante tempo no quarto. Preocupada com a situação, ela espera Daniel ir tomar banho e vai mexer no celular do filho, para ver se descobre alguma coisa.

História sobre a Saída Noturna: Talita é uma adolescente e gostaria de ir, junto com suas amigas da escola, à um show musical que ocorrerá no próximo final de semana à noite. O pai de Talita a proíbe de ir, dizendo que a violência está muito grande e que ela é muito nova para sair sozinha com as amigas.

Depois de terem sido apresentados a cada uma das seis historietas, os participantes respondiam às seguintes perguntas:

- 1) O que você acha da atitude da mãe/pai de _____ (nome do personagem)? Por quê?
- 2) Você acha que é um direito da mãe/pai tomar esse tipo de decisão sobre a vida do(a) filho(a)? Por quê?
- 3) Você acha que é um direito do(a) adolescente tomar decisões sobre esse assunto, sem a interferência de seus pais? Por quê?
- 4) Como você resolveria essa situação, se estivesse no lugar do adolescente?

As respostas obtidas a partir dessas perguntas foram analisadas a partir da análise de conteúdo semântica proposta por Bardin (1970), que contou com a participação de quatro juízes com experiência em pesquisas na área de Psicologia do Desenvolvimento e familiarizados com a Teoria dos Domínios Sociais.

RESULTADOS

A análise das respostas pelos juízes deu origem a quatro categorias: Ausência de Defesa do DP; Defesa Inconsistente do DP; Defesa do DP com Prudência e Defesa Total do DP. Serão apresentadas, a seguir, cada uma das categorias, juntamente com exemplos de respostas típicas.

Ausência de defesa do DP: essa categoria abarcou as respostas dos participantes que defenderam o uso da autoridade parental, e não consideravam as situações descritas como uma violação indevida do DP dos filhos. Nessas falas, o controle exercido pelos pais era justificado ora por questões referentes à falta de capacidade do adolescente para gerir sua própria vida (o adolescente não tem maturidade, não consegue dimensionar riscos, sofre influência dos pares, não tem conhecimento suficiente para tomar decisões, etc), ora pela subordinação que eles acreditavam que deveriam ter em relação às figuras de autoridade que eram os (enquanto morar com os pais, o adolescente deve seguir suas regras; os pais são mais velhos, sábios e sabem o que é

melhor para os filhos; os pais investiram nos filhos, logo, têm o direito de decidir aquilo que é melhor para eles). Para os adolescentes que respondiam dentro dessa categoria, eles só poderiam seguir uma decisão própria caso tivessem o apoio dos pais e, caso houvesse conflito, a determinação imposta pelos pais prevaleceria. As justificativas para a legitimidade da autoridade dos pais ancoravam-se sobretudo em conteúdos do Domínio Convencional e do Domínio da Prudência. A seguir, apresentamos alguns exemplos de respostas dessa categoria.

Sobre a história envolvendo a Escolha da Carreira:

“O pai dela está tentando guiar a filha pra que ela tenha um futuro melhor, porque ele sabe mais e só quer o bem dela. A adolescente não deveria tomar sua decisão, porque os pais dela conhecem ela e sabem o que é melhor pra ela” (Part. 14, sexo feminino)

Sobre a história do Início da Vida Sexual:

“(...) de acordo com a bíblia a gente tem que honrar pai e mãe, e também na bíblia diz que não pode fornicar, entendeu? Então sexo antes do casamento é proibido. Eu acho que você tem que honrar seu pai e sua mãe, então se ela pede pra você não fazer algo, você não deve fazer. Então pra mim eu tenho que honrar minha mãe e meu pai.” (Part. 1, sexo feminino)

Sobre a história do Direito à Privacidade:

“Eu achei que de certa forma a mãe não errou em ter olhado o celular do filho escondido, porque ele não contou, e ele não tinha motivo pra ficar calado, porque os pais são os amigos dele, e deve ter passado várias coisas na cabeça dela” (Part. 25, sexo masculino)

Defesa inconsistente do DP: essa categoria incluiu as respostas em que se observou no adolescente um conflito interno entre a defesa do DP e a aceitação da interferência parental. Tratavam-se de discursos geralmente confusos e frequentemente

contraditórios, em que ora defendia-se um ponto de vista, ora outro. Parecem coexistir a justificativa dos pais que foi internalizada com um senso emergente de ter direitos sobre o próprio DP.

Sobre a história envolvendo o Direito à Privacidade:

“Eu acho que a mãe tem esse direito, porque eu acho que ela tem que saber o que tá acontecendo com o filho dela, até porque se fosse alguma coisa pior, ela deveria assumir o controle da situação. [...] Eu acho que é mais o direito de Daniel ter sua privacidade. Bom, agora eu fiquei confuso. Porque tem certas coisas que acontecem na vida do filho que ele não quer que a mãe saiba, e eu acho que isso deve ficar pra ele” (Part. 32, sexo masculino)

Sobre a história do Início da Vida Sexual:

“A mãe não tem o direito de decidir o que a filha deve fazer, mas eu acho que controlar um pouco sim. Porque tem que controlar... Aline é nova pra essas coisas ainda. [...] Aline tem o direito de tomar decisões sobre sua vida sexual, porque ela já se sente aberta para isso, já se sente à vontade, então é um direito dela” (Part. 8, sexo feminino)

Sobre a história da Saída Noturna:

“O pai dela tem o direito de proibir, porque ela deve tudo a ele, explicações, a criação, a comida, tudo. [...] Acho que Talita tem o direito de sair à noite com as amigas, acho que não é nenhum problema não, e a gente, na nossa idade, acha que a sexta-feira que a gente vai perder é a melhor sexta-feira, e que nunca vai voltar, entendeu?” (Part. 13, sexo feminino)

Defesa do DP com Prudência: essa categoria de respostas englobou os discursos em que se podiam encontrar uma negociação entre o DP dos filhos e o Domínio da Prudência dos pais, podendo haver também respostas em que um ou o outro acabava prevalecendo, dependendo da situação. Era comum o reconhecimento, por parte dos adolescentes, de que eles possuíam

um DP, enquanto aceitavam a interferência dos pais a partir de justificativas relacionadas ao Domínio da Prudência. Também continha respostas em que os filhos aceitavam interferências dos pais quando elas ocorriam no sentido de uma orientação e alerta sobre as consequências de suas ações. No geral, os discursos dessa categoria admitiam que era função dos pais protegerem seus filhos, mas que eles deveriam levar em consideração o nível de maturidade do adolescente para fazer escolhas.

Sobre a história do Início da Vida Sexual:

“Dependendo da maturidade, o direito de Aline tá acima da mãe, mas se Aline é uma adolescente doida, eu acho que a mãe taria no direito de tentar tirar ela desse caminho, não privando ela de sair, mas dando conselhos para que ela não errasse numa próxima vez” (Part. 6, sexo feminino)

Sobre a história envolvendo o Direito à Privacidade:

“A atitude da mãe é uma preocupação justificável, porque como ela não sabe sobre essa situação, ela pode achar que é algo mais grave, então se ela realmente está preocupada, eu diria que ela tem esse direito” (Part. 36, sexo masculino)

Sobre a história da Saída Noturna

“Eu acho que o pai tem o direito de agir assim, porque como ele mesmo disse, a situação de você ir sozinha pra um show pode acarretar em problemas” (Part. 36, sexo masculino)

Defesa Total do DP: essa categoria conteve as respostas em que os adolescentes defendiam o seu direito de fazer suas próprias escolhas e agir com autonomia. Os participantes reconheciam que os pais tinham o direito de se preocupar com o futuro dos filhos, mas não de agir de maneira autoritária e tomar as decisões por eles.

Segundo as respostas pertencentes a esta categoria, a função dos pais seria a de orientar e dialogar, não de controlar.

Sobre a história da Saída Noturna:

“Eu acho que se a gente ficar com medo da violência, ninguém vai sair pra canto nenhum. Meu pai me protege muito, mas eu não deixo de ir pra shows com meus amigos por causa disso, eu acho que dá pra se tomar certos cuidados. Todo adolescente tem o direito de se divertir com os amigos, você estuda a semana inteira, quando chega o final de semana você quer fazer uma coisa diferente, quer esfriar a cabeça” (Part. 25, sexo masculino)

Sobre a história envolvendo a Escolha da Profissão:

“Mateus tem o direito de decidir a carreira que ele quer seguir sem a interferência de seus pais, porque ele formulou essa ideia, a vontade dele, se ele se identificou com História ele tem que fazer História, senão ele vai ser frustrado” (Part. 33, sexo masculino)

Sobre a história do Início da Vida Sexual:

“A atitude da mãe foi muito exagerada. A adolescente tem o direito de tomar decisões sobre vida sexual, porque se ela já tem um namorado sério, acho que ela já tem maturidade suficiente pra pensar no seu futuro, pensar no que vai fazer com ele, o que é daquele momento e o que vai ficar. Então cabe a ela a maturidade de saber se tá na hora certa ou não” (Part. 4, sexo feminino)

Quando perguntados, após a apresentação de cada história, se consideravam que era um direito deles tomarem decisões sobre aquele tema sem a interferência dos pais, a maioria dos adolescentes respondeu afirmativamente, para todos os temas tratados. Esse resultado revela uma alta defesa do DP, e corrobora o que vem sendo constatado em estudos anteriores: com o aumento da idade, aumenta também o julgamento das crianças e dos adolescentes sobre a sua legitimidade para tomar decisões

referentes ao Domínio Pessoal (Ardilla-Rey & Killen, 2001; Daddis & Smetana, 2005; Lagattuta, Nucci & Bosaki, 2010; Sapiro, Turiel & Nucci, 2006; Yau & Smetana, 2003).

Tal achado é coerente com outro resultado: a categoria Defesa Total do DP obteve a maior frequência de respostas em relação às outras categorias em todos os dilemas, com exceção do dilema da Saída Noturna. Essa defesa do DP em contradição ao desejo parental também foi encontrada por Nucci e colaboradores (1996b), e reflete a crescente identificação e desejo de controle dos adolescentes sobre suas questões pessoais, aspectos fundamentais do desenvolvimento de sua autonomia enquanto indivíduos (Nucci et al., 1996a).

Ao serem questionados se consideravam que era um direito dos pais tomar esse tipo de decisão sobre a vida do filho, observou-se uma variação considerável na resposta dos participantes de acordo com o tema da história. Nas histórias que envolviam a Escolha da Carreira e o Direito à Privacidade, a maioria (77,8% e 80,6%, respectivamente) disse que “Não”. Para a história sobre o Início da Vida Sexual, a frequência de respostas foi similar (44,4% disseram “Sim” e 55,6% disseram “Não”), enquanto no relato sobre a Saída Noturna, a maioria concedeu o direito à autoridade parental. Destaca-se, nesse sentido, que houve um número considerável de respostas contraditórias para as duas perguntas (“Você acha que é um direito da mãe/pai tomar esse tipo de decisão sobre a vida do(a) filho(a)?” e “Você acha que é um direito do(a) adolescente tomar decisões sobre esse assunto, sem a interferência de seus pais?”). Isto é, participantes que responderam “Sim” para ambas as perguntas. Isso foi observado sobretudo nas respostas à história da Saída Noturna, que obteve 91,7% de concordância nas

duas perguntas acima mencionadas.

É importante chamar a atenção para o fato de que as duas histórias que causaram mais controvérsia (Início da Vida Sexual e Saída Noturna) traziam conteúdos relativos a possíveis riscos decorrentes do comportamento do adolescente, envolvendo, portanto, a prudência. O início da atividade sexual na adolescência evoca percepções que a associam a riscos variados, como a gravidez indesejada e a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, enquanto a saída noturna desperta preocupações relacionadas à violência urbana e à exposição ao álcool e outras drogas, por exemplo. Assim, tais achados corroboram pesquisas anteriores que verificaram a tendência de adolescentes endossarem o uso da autoridade parental em situações que envolviam a prudência, com base na responsabilidade e no direito dos pais de proteger os filhos (Sapiro et al., 2006; Smetana & Asquith, 1994). Essa interseção entre o DP dos filhos e a Prudência dos pais para com eles para aquilo que nos referimos no Capítulo II como questões multifacetadas (Smetana, 2011), que não se adequa a apenas um domínio em específico, mas encontra-se na interseção entre dois ou três domínios.

De fato, essa interpretação é suportada pelo achado de que a Defesa Total do DP foi significativamente maior nas histórias da Escolha da Carreira e da Privacidade do que em relação àquelas sobre o Início da Vida Sexual e a Saída Noturna. Acredita-se que as histórias sobre a Escolha da Carreira e a Privacidade não tenham evocado, nos adolescentes, as consequências negativas (isto é, os conteúdos de prudência) que as histórias do Início da Vida Sexual e da Saída Noturna evocaram.

Em relação a diferenças encontradas entre os dois sexos,

verificou-se (a partir da análise das categorias de respostas) que as adolescentes do sexo feminino apresentaram níveis significativamente menores de defesa do DP nas histórias do Início da Vida Sexual e da Escolha de Carreira. Esses resultados parecem indicar que, para além de questões prudenciais, a defesa do DP das adolescentes está atravessada por uma socialização desigual de gênero, que reforça nas mulheres uma maior submissão às normas sociais externas.

Essa desigualdade já havia sido descrita por Daddis e Smetana (2005), que verificaram que os pais eram sempre mais restritivos no momento de conceder autonomia para as filhas do que para os filhos sobre o tema do início das relações sexuais. Essa é uma tendência que podemos observar em nosso dia-a-dia. É comum, por exemplo, escutarmos pais que incentivam os filhos homens a terem relações sexuais heterossexuais desde o início da adolescência. Com as filhas, por outro lado, a forma mais comum de influência parental ocorre no sentido de incentivar que a iniciação sexual se dê o mais tardiamente possível.

Sobre o endosso por parte das adolescentes do autoritarismo dos pais na escolha da carreira profissional, podemos associá-lo com a já reportada tendência de as adolescentes do sexo feminino serem mais pressionadas a prestarem auxílio no âmbito doméstico. Acerca desse tema, podemos citar ainda outro estudo (Bulcroft, Carmody & Bulcroft, 1996), em que foi constatado que os pais concediam uma maior independência às filhas para comportamentos dentro do âmbito doméstico, enquanto os filhos recebiam mais liberdade para agirem fora de casa.

Outro ponto que merece destaque foi a identificação da

categoria de Ausência de Defesa do DP, que, apesar de ter tido baixas frequências de resposta, no geral, causa estranheza sua existência na faixa etária estudada. De maneira geral, no entanto, observou-se a predominância de respostas que reivindicavam a defesa dos filhos sobre o seu DP, fosse essa defesa integral ou não. Essas falas expressavam seus desejos de liberdade, autonomia, privacidade e individualidade, e são consideradas, no geral, normativas para essa fase do desenvolvimento e para o realinhamento de papéis e responsabilidades que tende a ocorrer. Também foi constatado que os conteúdos específicos dos conflitos afetam as percepções dos adolescentes de maneira significativa, e que o domínio social enfocado é determinante no posicionamento deles frente aos conflitos.

Discutimos, durante este capítulo, acerca da defesa do Domínio Pessoal do adolescente frente à autoridade parental. Comentamos sobre a importância dessa defesa para o desenvolvimento da individualidade, da autonomia e da privacidade do adolescente, de modo que talvez seja passada a impressão que o uso da autoridade pelos pais é quase sempre injustificado. Convém ressaltar, a esse respeito, alguns pontos.

Em primeiro lugar, as historietas foram formuladas pensando-se justamente em situações que poderiam ser interpretadas como violações do Domínio Pessoal dos filhos, e assim gerar conflitos. Isso não quer dizer que toda interferência parental está sujeita a ser interpretada sob essa luz negativa, como veremos no capítulo seguinte. Em segundo lugar, há de se levar em conta a idade dos participantes dessa pesquisa, que se encontravam mais próximos às etapas finais da adolescência. Nesse período, o número de questões que os adolescentes julgam

pertencer à sua legislação pessoal é crescente e a autoridade dos pais passa a ser mais questionada (Darling, Cumsille & Martínez, 2008; Kuhn & Laird, 2011). Por fim, deve-se ter em mente que a pesquisa reportada centrou-se na perspectiva dos adolescentes sobre o conflito. É natural, portanto, que os argumentos e justificativas relatados reflitam isso.

No próximo capítulo, mudaremos o foco para falar mais sobre a autoridade dos pais, e em que medida e situações ela é considerada legítima ou não. Comentaremos, também, sobre as diferentes maneiras em que pode ocorrer a tomada de decisão no seio familiar.

Capítulo V

AUTORIDADE PARENTAL E TOMADA DE DECISÃO

A proposta deste livro é abordar a temática da resolução de conflitos entre pais e filhos na adolescência. Para isso, temos adotado uma abordagem de aproximação gradual ao tema, introduzindo teorias, conceitos e pesquisas que nos permitirão tratar o assunto com sua devida complexidade. Dessa maneira, apresentamos a Teoria dos Domínios Sociais, a perspectiva teórica mais geral da qual partimos, e cada um dos domínios descritos pela mesma. Em seguida, falamos sobre os conflitos: o que são, por que surgem e como se apresentam concretamente, dando destaque à forma como o entendimento dos diferentes domínios nos ajudam a compreendê-los. Levantamos a questão da autonomia e individualidade do adolescente, e da importância da defesa de seu Domínio Pessoal para um desenvolvimento sadio. Antes de falarmos sobre as estratégias de resolução de conflitos propriamente ditas (tema do próximo capítulo), devemos apresentar mais duas variáveis que consideramos de essencial importância: a legitimidade da autoridade parental e a tomada de decisão familiar.

A LEGITIMIDADE DA AUTORIDADE PARENTAL

Como tem sido indicado, um dos temas centrais no que diz respeito aos conflitos entre pais e filhos relaciona-se com as percepções sobre a autoridade. As relações entre pais e filhos são, em uma grande variedade de situações, hierárquicas: os pais ocupam posições dominantes e os filhos têm um papel subordinado. Essa configuração de dependência prolongada é necessária, pelo menos no início do desenvolvimento, para que as crianças sobrevivam com segurança e adquiram, de modo mais amplo, os valores, as normas e expectativas da sociedade (Smetana, 2011). Quando o adolescente, com o passar do tempo, começa a julgar que a autoridade dos pais para controlar essas questões diminuiu, ocorre o rompimento do modelo de funcionamento familiar hierárquico. As causas dos conflitos envolvem, muitas vezes, disputas sobre quem tem a autoridade para controlar as ações ou não. Nesse momento, as fronteiras entre as competências dos filhos e a autoridade legítima dos pais começam a ser negociadas. Abre-se espaço para emergir, no adolescente, o senso de autonomia.

Nesse campo de estudo, um aspecto que a Teoria dos Domínios Sociais considera essencial para a compreensão dos conflitos entre pais e filhos é a percepção que os filhos têm sobre a Legitimidade da Autoridade Parental. O conceito de legitimidade da autoridade parental pode ser definido como a medida em que a afirmação dos pais de controle sobre uma área é considerada uma extensão natural ou apropriada de seu papel como pais (por exemplo, Smetana & Asquith, 1994).

A literatura tem mostrado que as crenças de legitimidade da autoridade parental relacionam-se tanto com o relacionamento do adolescente com seus pais como para o seu desenvolvimento saudável enquanto indivíduo. Na relação com os pais, o endosso à autoridade parental por parte dos adolescentes está associado a uma maior coesão e um menor número de conflitos (Darling, Cumsille & Martínez, 2007; Kuhn, Phan & Laird., 2014), bem como com uma maior tendência ao compartilhamento de informações sobre si e suas atividades com os pais, incluindo-se aí o mau comportamento (Cumsille, Darling & Martínez, 2010; Darling et al., 2006; Laird & Marrero, 2010). A crença na legitimidade da autoridade parental também foi associada a uma maior abertura e cooperação do filho adolescente com o monitoramento dos pais (Keijsers & Laird 2014), com uma menor afiliação a pares desviantes (Kuhn & Laird, 2011) e com uma participação mais ativa na comunidade e na sociedade (Metzger & Smetana, 2009).

Sabe-se, portanto, que as crenças de legitimidade da autoridade parental têm implicações nos conteúdos que os adolescentes revelam aos seus pais, como também influenciam o comportamento dos adolescentes, a abertura à socialização e à obediência (Darling et al., 2007). Os adolescentes que acreditam que seus pais podem legitimamente estabelecer regras têm, em geral, maior probabilidade de acatarem as regras de seus pais (Cumsille et al., 2009). Crenças fracas sobre a legitimidade da autoridade parental, sobretudo no início da adolescência, estão associadas a uma maior propensão a desobediência às regras dos pais e ao engajamento em comportamento antissocial (Darling et al., 2008; Laird & Marrero, 2010). É importante ressaltar, no entanto, que há um declínio dessas crenças ao longo da

adolescência que é normativo (Kuhn & Laird, 2011), não sendo considerado um marcador de desajustamento.

Além da idade, outro fator relevante diz respeito ao tipo específico de situação em que os pais buscam exercer sua autoridade. As pesquisas têm mostrado que existem áreas de consenso entre pais e filhos sobre a legitimidade da autoridade parental e áreas em que esse controle é difícil de ser estabelecido. Nesse sentido, já é sabido que essas crenças variam em função do domínio ao qual determinado evento pertence. As pesquisas que partem da Teoria dos Domínios Sociais (Smetana, Crean & Campione-Barr, 2005; Smetana & Daddis, 2002; Smetana et al., 2006) apontam que tanto os adolescentes como seus pais são mais propensos a julgarem que as questões morais, convencionais e prudenciais pertencem ao campo da autoridade parental, ao passo que as questões pessoais estariam fora do controle parental legítimo. As questões multifacetadas, por envolverem sobreposições de domínios, eram as que suscitavam maiores conflitos.

Como vimos nos dois primeiros capítulos, as ações morais envolvem a consideração das possíveis consequências negativas das ações realizadas por alguém que recaem sobre outra pessoa, bem como da intencionalidade por trás de tais ações (Smetana, 2010). Tanto pais como adolescentes afirmam a legitimidade da autoridade parental para questões morais – como por exemplo bater no irmão, quebrar uma promessa ou mentir – e para questões prototípicas do domínio convencional – como fazer as tarefas, fazer uso de boas maneiras e não responder aos pais (Smetana & Asquith, 1994; Smetana et al., 2005). A autoridade parental para esses assuntos é, no geral, considerada legítima por toda a

adolescência, e os adolescentes julgam que eles deveriam obedecer as regras que seus pais estabelecem nesses domínios.

O desenvolvimento do raciocínio moral começa ainda na infância, a partir das interações com os pais, pares e outros agentes de socialização. Acredita-se que, por reconhecerem o papel desempenhado pelos pais desde cedo de os prepararem para a vida em sociedade, possivelmente, os adolescentes a princípio aceitem a orientação dos pais nesse domínio e utilizem-se da conformidade com o ponto de vista parental como a forma de resolução de conflito.

As questões prudenciais, por definição, são aquelas relacionadas à segurança, conforto e saúde. Elas pertencem ao domínio psicológico e, por isso, são pensadas de maneira diferente das questões morais e convencionais. A criança não nasce com prudência, ela vai sendo adquirida ao longo do desenvolvimento, através de interações sociais recíprocas. Na adolescência, questões prudenciais são motivo de grande preocupação para os pais, uma vez que, nesse período, os jovens entram em contato com situações que trazem muitos riscos (álcool, cigarro, direção de automóvel, saídas noturnas com os pares, início da vida sexual, etc). Os estudos não são consistentes em relação ao quanto os adolescentes consideram legítima a autoridade dos pais. Um estudo apontou que os adolescentes, em todas as faixas etárias, dão legitimidade aos pais para controlarem essas questões (Smetana et al., 2005). Outro estudo trouxe evidências de um declínio da percepção de legitimidade dos pais para a regulação de temas como uso de substâncias e álcool, indicando que os adolescentes julgavam que deveriam ter mais controle sobre essas questões na medida em que se tornavam mais velhos (Darling et al., 2008). Ainda não é claro o

momento em que a autoridade para regulamentar questões prudenciais é passada dos pais para os filhos, nem em quais situações. Pesquisas adicionais devem ser realizadas com o objetivo de responder a esta questão.

Para questões pessoais, como: quais programas de TV os adolescentes podem assistir, que música eles podem ouvir, como gastar o dinheiro da mesada, que estilo usar e que amigos eles podem escolher – a legitimidade da autoridade parental costuma ser rejeitada. O raciocínio dos adolescentes é de que apenas eles próprios têm autoridade para decidir sobre esses temas, e não estão dispostos a negociar (Smetana & Asquith, 1994; Smetana et al., 2005). Os adolescentes são mais propensos a desobedecerem aos pais quando estes tentam controlar questões que os filhos julgam que eles não têm autoridade legítima para legislar, e são mais obedientes quando julgam que os pais têm autoridade legítima para estabelecerem regras. A esse respeito, um estudo mostrou que adolescentes julgavam que era permitido mentir para os pais sobre temas como namorar alguém que os pais não aprovassem, um conteúdo de domínio pessoal (Perkins & Turiel, 2007).

Por fim, em relação às questões multifacetadas, os adolescentes endossam a legitimidade da autoridade parental, embora menos do que seus pais julgassem que deveriam ter (Smetana et al., 2005), o que parece ser um terreno fértil para o surgimento de conflitos. Um estudo longitudinal revelou que, com o avanço da idade, um número crescente de questões era visto pelos adolescentes como pertencentes à sua legislação, sobretudo do início para o meio da adolescência (Darling et al., 2008).

Apesar dos estudos demonstrarem um declínio das crenças de legitimidade da autoridade parental com a idade sobre algumas

questões (Darling et al., 2008), o estudo longitudinal realizado por Cumsille e colaboradores (2009) encontrou heterogeneidade nas percepções dos adolescentes, evidenciando três padrões relativamente estáveis dessas crenças ao longo da adolescência: *controle parental* (adolescentes davam legitimidade aos pais em todos os domínios, embora dessem menos legitimidade parental em questões pessoais), *controle compartilhado* (os adolescentes davam legitimidade aos pais apenas em questões prudenciais) e *controle pessoal* (os adolescentes não endossavam a autoridade parental em nenhum dos domínios). O último grupo apresentou mais envolvimento em comportamentos desviantes do que os outros e teve menos suporte dos pais. Esses resultados parecem indicar que as crenças de legitimidade da autoridade parental são uma fonte importante de informação ao tentar explicar o desenvolvimento saudável do adolescente. Os pais, por sua vez, embora acreditem que os filhos devam ter autoridade para controlar áreas importantes das suas vidas, estão sempre mais atrasados do que seus filhos nas suas avaliações sobre o momento certo de conceder autoridade pessoal a eles (Daddis & Smetana, 2005).

O estudo de Cumsille e colaboradores (2009) demonstrou que existe relação entre as crenças dos filhos sobre a legitimidade da autoridade parental e sua conformidade com os padrões parentais, mas ainda são insipientes estudos que investiguem as conseqüências dessa relação no tipo de estratégia adotada pelo adolescente para a resolução de conflito, nem se há variação em função dos domínios. Também não foi verificado de que maneira a legitimidade da autoridade parental e a resolução de conflitos pelo adolescente em diferentes domínios estão relacionadas ao

ajustamento saudável, nem como isso varia ao longo da adolescência.

Conceder legitimidade da autoridade parental em questões morais e convencionais e resolver os conflitos com conformidade e submissão às decisões paternas, por exemplo, pode ser um indicador de ajuste para os adolescentes. Mas em questões pessoais e prudenciais, a depender da idade, pode não ser. Também, reconhecer a legitimidade dos pais para regularem suas vidas em questões prudenciais e agir com Conformidade e Resolução Positiva (diferentes estratégias de resolução de conflitos), por exemplo, pode funcionar como um fator de proteção, sobretudo no início da adolescência, mas, no final da adolescência, pode indicar uma dependência dos pais em detrimento da autonomia que se espera de um adolescente com bom nível de ajustamento.

A TOMADA DE DECISÃO FAMILIAR

Sabemos que existem diferenças nos papéis, objetivos e responsabilidades atribuídas a pais e filhos na adolescência. Por um lado, espera-se dos pais que eles preparem seus filhos para a vida em sociedade e os protejam dos vários riscos aos quais podem ser expostos. Por outro, os filhos costumam estar preocupados com a própria individuação em relação às figuras parentais, e seus esforços se dão no sentido de tornarem-se mais independentes (Smetana, 2010). Essa dicotomia levanta uma questão importante: o quanto de autonomia deve ser concedida ao adolescente, para que promova um desenvolvimento saudável? Como diferenciar os

limites razoáveis que os pais podem (e devem) estabelecer daqueles que caracterizam um excesso de controle sobre os adolescentes, que muitas vezes estão associados a desajustes?

A tomada de decisão, conforme negociada em família, tem sido analisada como um indicador de autonomia comportamental do adolescente e está diretamente relacionada à parentalidade (Pérez & Cumsille, 2012). É possível classificar as formas de tomada de decisão familiar em três perfis: *unilateral-parental*, que ocorre quando os pais tomam a decisão sem a participação do adolescente; *conjunta*, que envolve a participação tanto dos pais como dos filhos; e *unilateral do adolescente*, que inclui os casos em que o adolescente decide sem qualquer interferência de seus pais (Dornbusch et al., 1985; Lamborn, Dornbusch & Steinberg, 1996).

As evidências empíricas existentes indicam que a tomada de decisão unilateral do adolescente, sem considerar a opinião dos pais, sobretudo no início da adolescência, está relacionada a ajustes negativos no adolescente, como o envolvimento com pares desviantes, comportamento problemático e humor depressivo (Dishion, Nelson & Bullock, 2004; Smetana, Campione-Barr & Daddis, 2004). Similarmente, a percepção dos filhos sobre um excesso de controle dos pais na sua liberdade pessoal está fortemente associada a desajustes psicológicos, como depressão, ansiedade, hostilidade, transtorno obsessivo-compulsivo e somatização (Hasebe, Nucci & Nucci, 2004).

Estudos longitudinais têm cumprido um papel importante na identificação das trajetórias de desenvolvimento da tomada de decisão durante a adolescência, verificando a relação dessas trajetórias com o ajustamento do adolescente. As pesquisas têm mostrado que o equilíbrio entre o controle parental e a autonomia

saudável deve variar em função da idade e do conteúdo envolvido. Smetana e colaboradores (2004) indicaram que um índice alto de tomada de decisão unilateral por parte do adolescente no início da adolescência estava associado a comportamentos desajustados ao longo de 5 anos. No entanto, do meio para o final da adolescência, o aumento das decisões independentes dos adolescentes em questões pertencentes ao domínio pessoal e ao domínio multifacetado estava associado a uma maior autoestima e menores índices de depressão.

Gutman e Eccles (2007), por sua vez, relataram que os adolescentes que tinham mais oportunidades de tomarem as suas próprias decisões, da metade para o final da adolescência, relataram menos depressão. Outra pesquisa analisou o relato de pais sobre as tomadas de decisões familiares ao longo de 11 anos (Wray-Lake, Crouter & McHale, 2010). Corroborando os estudos anteriores, os resultados levantados mostraram que, no início da adolescência, ocorria uma mudança gradativa das tomadas de decisão unilaterais-parentais para decisões conjuntas entre pais e filhos e que, da metade para o fim da adolescência, os jovens conseguiam mais independência na tomada de decisões.

Tais achados parecem demonstrar que o desenvolvimento da autonomia para tomada de decisões segue uma sequência progressiva, que vai, inicialmente, da tomada de decisão unilateral-parental, para uma tomada de decisão conjunta e, enfim, à tomada de decisão unilateral do adolescente. Nesse sentido, a tomada de decisão conjunta entre pais e filhos adolescentes aparentemente funciona como um estágio de transição, até que o jovem seja capaz de autogovernar-se (Dornbusch et al., 1985).

Em relação aos conteúdos envolvidos, Wray-Lake e

colaboradores (2010) relataram que os pais faziam uma diferenciação entre domínios para a tomada de decisão e concessão de autonomia aos filhos: os adolescentes tinham mais tomada de decisão em questões pessoais do que em questões convencionais ou prudenciais. Os autores verificaram ainda que quanto mais os adolescentes estavam abertos para a supervisão dos pais, maior era a autonomia concedida a eles.

Por fim, Qin, Pomerantz & Wang (2009) revelaram que a tomada de decisão conjunta relacionava-se a um melhor funcionamento emocional, enquanto que a tomada de decisão unilateral-parental estava associada a um pior funcionamento emocional. Portanto, com o avançar da idade, a diminuição da tomada autoritária de decisões por parte dos pais ligava-se a um melhor funcionamento emocional nos filhos. Um estudo recente (Alonso-Stuyck, Zacarés & Ferreres, 2018) confirmou que o melhor desenvolvimento para o adolescente é aquele que fomenta uma conquista progressiva de autonomia na tomada de decisões, dentro de um contexto de relações familiares positivas.

Esses resultados apontam para a importância de que os pais estejam conectados com as necessidades e competências de seus filhos e forneçam um contexto de apoio para o seu desenvolvimento autônomo. Se, por um lado, a tomada de decisão unilateral do adolescente em demasia, associada a uma não-dependência e individuação das figuras parentais, pode trazer efeitos negativos para o ajustamento (Alonso-Stuyck et al., 2018), por outro, o envolvimento excessivo dos pais na tomada de decisão dos filhos, sobretudo no final da adolescência e em questões pertencentes ao domínio pessoal, também não é adequado, uma vez que tira dos adolescentes oportunidades de aprender novas

habilidades, fazer escolhas, desenvolver competências e agir de maneira independente (Smetana, 2010). Assim, a orientação parental e as negociações bem-sucedidas entre pais e filhos podem promover o desenvolvimento saudável até o momento em que os adolescentes tenham adquirido competência para o autogoverno maduro e seguro (Maccoby & Martin, 1983).

Desse modo, os estudos sobre tomada de decisão familiar indicam que o ajustamento do adolescente depende de como ela é realizada, da idade em que acontece e do conteúdo envolvido. Mas ainda não existem, até onde sabemos, estudos que analisem a relação entre a tomada de decisão familiar e o tipo de estratégia que o adolescente adota para a resolução de conflito em diferentes questões – morais, convencionais, pessoais, prudenciais e multifacetadas – nem estudos que analisem o papel da legitimidade da autoridade parental nessa relação.

Capítulo VI

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PAIS E FILHOS NA ADOLESCÊNCIA

Como dito anteriormente, o conflito interpessoal constitui um elemento inerente às relações humanas e pode ser definido como uma situação de interação social em que ocorre o choque entre forças opostas, causando, muitas vezes, desacordo e frustração (Laursen & Collins, 1994). O conflito assume um papel importante no desenvolvimento, possibilitando ao indivíduo uma maior compreensão sobre si mesmo e sobre sua interação com os outros. Estudiosos sobre esse fenômeno têm dado suporte à noção de que o conflito tem um potencial construtivo. Piaget (1932) foi um dos primeiros autores a descrever esse potencial, argumentando que mudanças no desenvolvimento se originavam a partir de desequilíbrios cognitivos decorrentes do conflito.

Além disso, os conflitos são importantes na medida em que fornecem informações salutareas sobre fronteiras sociais. No contexto das relações entre pais e filhos durante a adolescência, ele funciona como uma forma de comunicação e um veículo de renegociação de papéis e de transformação de relações hierárquicas em relações mais igualitárias (Goossens, 2006).

No entanto, pesquisas apontam que o conflito, quando vivenciado de maneira recorrente, traz implicações negativas para

o desenvolvimento. De acordo com Steinberg (2001), embora as discrepâncias entre pais e adolescentes sejam normativas em termos de desenvolvimento, elas também podem comprometer o ajuste do adolescente quando há o aumento das interações conflituosas e a diminuição da coesão na família. Mais especificamente, no universo familiar, a reincidência do conflito tem sido associada à delinquência e a transtornos comportamentais no adolescente (Laursen & Collins, 1994), a níveis mais baixos de bem-estar psicológico, desajuste escolar e uso de substâncias (Shek, 1997) e, ainda, ao comportamento de risco (Tucker, McHale & Crouter, 2003). Assim, a literatura nos indica que, apesar do seu potencial positivo, os conflitos, quando ocorrem de forma frequente e hostil, funcionam como um marcador do desajustamento de adolescentes (para uma revisão, ver Weymouth et al. 2016).

Portanto, a existência de conflitos, por si só, não é indicativa de resultados negativos ou positivos. De fato, a maneira como os conflitos são tratados e resolvidos parece ser mais importante para determinar suas consequências do que a sua frequência (Adams & Laursen, 2007). A maneira como os conflitos são tratados é o que irá determinar se eles serão funcionais ou disfuncionais. Estudos apontam que as relações marcadas por uma resolução construtiva de conflitos estão relacionadas ao ajuste do adolescente, ao passo que formas destrutivas de lidar com conflitos associam-se ao comportamento problemático dos adolescentes (Collins & Laursen, 1992; García-Ruiz, Rodrigo, Hernández-Cabrera & Máiquez 2013).

É nesse contexto que têm surgido cada vez mais um interesse da comunidade científica pelos padrões de

relacionamento e as resoluções de conflitos entre pais e adolescentes (Choi, 2020; Heinze et al., 2020; Missotten et al., 2018; Staats et al., 2018). O relacionamento entre pais e filhos, por sua natureza obrigatória, permanente e assimétrica, gera um ambiente em que os conflitos são inevitáveis, e, portanto, requer do adolescente o desenvolvimento de estratégias de resolução (Adams & Laursen, 2001). Essas estratégias podem ser positivas ou negativas, construtivas ou destrutivas, mas terão impacto no seu desenvolvimento e podem influenciar os padrões de resolução de conflitos que serão adotados em outros contextos (Adams & Laursen, 2001; Borbely et al., 2005; Dost-Gözkan, 2019; Staats et al., 2018).

A seguir, veremos algumas tipologias propostas pela literatura para descrever as diferentes estratégias de resolução de conflitos existentes.

AS ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os comportamentos que as pessoas adotam durante os conflitos são definidos como estilos, ou *estratégias*, de resolução de conflito (Missotten et al., 2018). Em um artigo de revisão da literatura sobre o conflito, Laursen e Collins (1994) relataram, com base em estudos empíricos, algumas tipologias para a resolução de conflitos.

Vuchinich (1990, como citado em Laursen & Collins, 1994) especificou cinco formas distintas de resolução de conflitos: a) Submissão, que ocorre quando uma das partes envolvidas no

conflito cede às exigências da outra parte; b) Compromisso (Compromise, em inglês), que se refere a uma concessão de ambas as partes e ocorre geralmente através de uma negociação; c) Impasse, que envolve uma mudança no tema do conflito, onde se descarta o conflito sem um fechamento; d) Retirada, que dá-se quando uma das partes do conflito retira-se do contexto, abandonando-o; e) Intervenção de terceiros, que se refere à solicitação de ajuda a uma terceira parte não envolvida no conflito. Alguns autores, ainda, associam Impasse e Retirada a uma outra estratégia de resolução, denominada Desengajamento (Laurson & Collins, 1994). De acordo com Smetana, Braeges e Yau (1991), o Compromisso corresponde a um modo de resolução de conflitos mais maduro para o desenvolvimento durante a adolescência, e está associado a um funcionamento familiar mais equilibrado e saudável do que soluções unilaterais.

Outros autores (Van Doorn, Branje & Meeus, 2008) distinguem a existência de apenas três formas de resolução de conflitos: a Negociação, a Dominância e a Retirada. A Negociação está relacionada à tentativa de uma das partes entender a posição da outra e utilizar estratégias de raciocínio construtivo para resolver uma situação. O uso dessa tipologia pode levar a um crescente conhecimento e entendimento mútuo, repercutindo em uma solução satisfatória para as partes. A Dominância, por sua vez, envolve a utilização de técnicas de afirmação de poder, mantendo rigorosamente uma posição unilateral e expressando emoções negativas, como a raiva. Características dessa forma de resolução são o uso de ordens diretas e ameaças verbais para atacar o ponto de vista do outro. Por fim, o terceiro estilo é denominado Retirada, e está associado a uma tentativa de evitar o problema. Através dessa

forma de resolução, ambas as partes permanecem indiferentes ao conflito ou agem passivamente aceitando a posição do outro, com vistas à evitar o confronto (Kurdek 1994; Laursen & Collins 1994).

A partir de estudos observacionais com casais, Kurdek (1994) criou o Conflict Resolution Style Inventory – CRSI, que tem sido usado, em versão adaptada, para avaliar como adolescentes resolvem conflitos com seus pais (Branje et al., 2009). A CRSI é composta por quatro estilos de resolução de conflito: (a) Resolução Positiva de Problemas, que envolve a tentativa de entender a perspectiva do outro e utilizar táticas de raciocínio para resolver a situação; (b) Envolvimento em Conflitos, que diz respeito a comportamentos abusivos, irritadiços, defensivos ou ainda de perda de autocontrole; (c) Retirada, que trata dos comportamentos referentes à evitação do problema como, por exemplo, quando o indivíduo recusa-se a discutir o assunto e afasta-se do outro parceiro; (d) Conformidade, que envolve aceitar a resolução do outro sem afirmar a própria posição. Os autores acrescentaram, ainda, um outro tipo de resolução de conflito, denominado (e) Saída, que está relacionado ao fim de todo contato, sem uma resolução do conflito (Meeus et al., 2004, como citado em Branje et al., 2009).

Nos nossos estudos, utilizamos a tipologia proposta por Kurdek (1994), com algumas adaptações. Em relação à nomenclatura, adotamos o termo Resolução Agressiva, no lugar de Envolvimento em Conflitos, e de Afastamento, em vez de Retirada. Além disso, não consideramos a estratégia de resolução de conflito de Saída, uma vez que essa estratégia implica no fim da relação, o que deixa o conflito sem uma resolução real, além de ser algo difícil de se imaginar em circunstâncias normais entre pais e filhos

adolescentes. Ficamos, assim, com as seguintes estratégias: a) *resolução positiva*; b) *resolução agressiva*; c) *afastamento*; d) *conformidade*.

Partindo dessa tipologia, é possível traçar paralelos com as estratégias propostos por outros autores. Pode-se considerar, por exemplo, que a Negociação e o Compromisso são englobados pela Resolução Positiva. A Resolução Agressiva pode ser comparada com a Dominância e o Envolvimento em Conflitos. O Afastamento, por sua vez, pode ser substituir a Retirada ou o Desengajamento. E a Conformidade abarca os conteúdos da Submissão. A utilização dessa classificação, portanto, nos permite descrever a maior parte das situações de resolução de conflitos, ao mesmo tempo em que permite comparações com pesquisas que partem de outros sistemas de classificação.

ESTUDOS SOBRE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A utilização de um tipo de resolução de conflito está diretamente relacionada ao contexto dos relacionamentos, como por exemplo, o tipo, a intensidade e a frequência das interações estabelecidas. No conflito com pais, pesquisas apontam que os tipos prevalentes de resolução utilizados por adolescentes são a Submissão (ou Conformidade) e o Desengajamento (também chamado de Retirada ou Afastamento), enquanto baixos níveis de Compromisso foram relatados. Essas estratégias não são utilizadas da mesma forma, por exemplo, nas relações de amizade que o adolescente estabelece: segundo Laursen e Collins (1994), em

conflitos com amigos, encontrou-se pouca utilização da Submissão e maiores índices de Compromisso. Uma explicação para essa diferenciação na adoção de estratégias de resolução de conflito pode ser a de que as relações entre pais e filhos são obrigatórias e hierárquicas, características que convidam à coerção (Adams & Laursen, 2001). Apesar disso, um estudo longitudinal revelou que os filhos transmitem o estilo de gestão de conflitos usado em conflitos com os pais para seus conflitos com amigos e parceiros românticos (Staats et al., 2018). Isto é, apesar de não utilizarem exatamente as mesmas estratégias nas mesmas proporções, o estilo de resolução de conflitos utilizado com os pais influenciava os seus outros relacionamentos.

Sternberg e Soriano (1984), por sua vez, apontaram que os indivíduos apresentam preferências pela adoção de uma determinada estratégia de resolução de conflito em detrimento de outras, e que essas preferências estão relacionadas a características intelectuais e de personalidade. Os autores apontam também que outros fatores predizem a adoção de um estilo de resolução de conflito como, por exemplo, a autonomia do indivíduo, o respeito que se tem pelo outro, a necessidade de ordem, de dominância, o desejo de mudança e as habilidades de raciocínio indutivo e dedutivo. Ainda, destaca-se que alguns tipos de conflitos podem ser mais fáceis de resolver ou podem ser mais suscetíveis a determinados tipos de resoluções do que outros (Deutsch, 1973, como citado em Smetana et al., 1991).

Adolescentes cujas famílias dedicam-se a discutir o conflito de forma mais aberta e construtiva, levando em consideração o ponto de vista do filho, tendem a manejar o conflito de uma maneira produtiva e funcional para o desenvolvimento, ao passo

que os pais que encerram o conflito de maneira unilateral tendem a manejar o conflito de maneira improdutiva, favorecendo um desajustamento psicológico no adolescente (Cooper & Ayers-Lopez, 1985). Dessa maneira, o papel dos pais no manejo do conflito com o filho adolescente é crucial para a adaptação social do filho.

Como foi apontado previamente, as estratégias de resolução de conflitos entre pais e filhos estão associadas ao desenvolvimento saudável do adolescente. Estudos empíricos revelaram que formas negativas de resolução, como o afastamento e a resolução agressiva, estavam relacionadas ao desajustamento nos adolescentes, como sintomas depressivos, agressão, delinquência, baixa autoestima e baixa qualidade de relacionamento (Branje et al., 2009; Caughlin & Malis, 2004a, 2004b). Por sua vez, a resolução positiva foi associada a altos níveis de desempenho acadêmico, alta autoestima e baixos níveis de depressão e comportamento de risco (Tucker et al., 2003). Esses resultados revelam que aprender a resolver conflitos de forma positiva constitui uma importante tarefa de desenvolvimento para os adolescentes. De fato, gerenciar adequadamente os conflitos do dia-a-dia é fundamental para o estabelecimento de relações de amizade saudáveis (Van Doorn et al., 2011), como também de relacionamentos românticos (Simon & Furman, 2010).

Uma análise que realizei como parte de minha tese de doutorado (Braga, 2022), acerca das pesquisas sobre resolução de conflitos feitas nos 20 anos anteriores, revelou as direções pelas quais os estudos do tema têm avançado: 1) estudos que avaliam as consequências das estratégias de resolução de conflitos no ajustamento do adolescente (Branje et al., 2009; Choi et al., 2020; Tucker et al., 2003; Van Doorn et al., 2008; Wijsbroek et al., 2011);

2) estudos que analisam a influência de certas características dos pais – como os estilos de apego, práticas parentais, o uso de estratégias de coping e a reatância – na adoção ou não de determinados tipos de resolução de conflitos pelos filhos adolescentes (García-Ruiz et al., 2013; Marceau et al., 2015; Missotten et al., 2018; Missotten et al., 2016; Singh & Nayak, 2016); 3) pesquisas sobre a transmissão das formas de resolução de conflitos dos pais para os filhos (Staats et al., 2018; Van Doorn et al., 2007); 4) estudos que buscaram compreender as resoluções de conflitos entre adolescentes e seus pais a partir de aspectos étnicos, culturais, pró-sociais e de identidade (Missotten et al., 2011; Phinney et al., 2005; Van Lissa et al., 2016; Yau & Smetana, 2003); 5) comparações entre as estratégias de resolução de conflitos adotadas pelos adolescentes com seus pais e com outras pessoas (Adams & Laursen, 2001; Borbely et al., 2005; Dost-Gözkán, 2019).

Está fora do escopo deste livro realizar uma análise minuciosa dos resultados encontrados em todos esses estudos. No entanto, cabe ressaltar alguns pontos importantes que, na avaliação das pesquisas realizadas até o momento, apareceram como lacunas na literatura existente. Particularmente porque considero que a Teoria dos Domínios Sociais tem muito com o que contribuir nesse sentido. No tópico seguinte, colocaremos algumas considerações a partir dessas lacunas identificadas, com o intuito de explorarmos por quais direções as pesquisas futuras sobre o tema podem seguir. Também será feita uma breve exposição dos instrumentos disponíveis para esse tipo de pesquisa no contexto brasileiro.

CONSIDERAÇÕES PARA ESTUDOS SOBRE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ADOLESCÊNCIA

Como foi dito, as pesquisas, nos últimos anos, têm revelado algumas tipologias que têm se provado úteis para o estudo da resolução de conflitos, e que podemos sumarizar a partir das seguintes estratégias: *resolução positiva*, *resolução agressiva*, *afastamento* e *conformidade* (Branje et al., 2009). Esses estudos têm sido analisados em função de vários aspectos e a partir de diferentes perspectivas, porém, em sua maioria, as pesquisas não têm verificado se a resolução de conflito dos adolescentes com seus pais varia de acordo com o tipo de raciocínio sociocognitivo que o adolescente e seus pais fazem sobre os eventos. E esse raciocínio torna-se particularmente relevante quando pensamos que a natureza dos conflitos entre pais e filhos pode variar enormemente (como já demonstramos ao longo do livro). Parece uma proposição básica: diferentes tipos de conflito, que envolvem temas e conteúdos diversos, podem requerer estratégias de resolução distintas. E, no entanto, não se encontra na literatura pesquisas deste gênero.

Em apoio a essas distinções, a Teoria dos Domínios Sociais (Turiel, 1983; Smetana, 2010) tem sugerido que os indivíduos desenvolvem compreensões diferentes sobre os eventos sociais de acordo com o domínio a que pertencem, e que essas diferenças têm repercussões na dinâmica familiar. No que diz respeito ao relacionamento entre pais e filhos, o que tem sido proposto – e que espero ter conseguido demonstrar – é que as causas dos conflitos são, muitas vezes, a diferenças nas maneiras como esses conflitos

são interpretados pelos pais e pelos filhos.

Porém, a maioria dos estudos sobre resolução de conflitos entre pais e filhos tem partido de uma visão generalista, que buscam encontrar a predominância de uma estratégia de resolução sobre outras. Esses enfoques generalistas não levam em conta o conteúdo do conflito e as percepções dos envolvidos, não consideram que a resolução pode variar a depender do tipo de raciocínio que o adolescente e seus pais fazem sobre os eventos sociais. Essa incapacidade de apreender as heterogeneidades no raciocínio podem comprometer a compreensão dos conflitos familiares e dos processos que abarcam o desenvolvimento da autonomia do adolescente nesse período.

Tomemos como exemplo a pesquisa de Van Doorn e colaboradores (2011). Eles constataram que havia um padrão de alterações nas resoluções de conflitos ao longo da adolescência, sugerindo que as resoluções se modificavam em favor de uma relação mais horizontal e simétrica com o passar do tempo. Uma pergunta importante, no entanto, fica sem ser respondida: essa mudança no padrão de resolução de conflitos é global e pode ser generalizada para todos os tipos de conflitos, ou ela varia de acordo com os tipos de situação?

Assim, constatei a necessidade da realização de pesquisas que vinhessem a testar a hipótese de que os domínios sociais moderam a estratégia de resolução de conflito que o adolescente adota (um exemplo de pesquisa desse tipo será apresentado no próximo capítulo). Propomos que a análise das formas de resolução de conflito adotadas pelo adolescente seja feita em função dos domínios sociais e que sua repercussão no ajustamento saudável do adolescente também seja avaliada em função dos domínios

específicos. Isto é, deve-se avaliar se a utilização de determinadas estratégias de resolução de conflitos podem ter consequências diferentes sobre o desenvolvimento a depender dos domínios envolvidos no conflito. Esses resultados trarão luz ao campo da socialização parental, indicando se as práticas parentais devem ser pensadas de forma diferente em relação a cada domínio, de modo a favorecer resoluções de conflito funcionais para o ajustamento do adolescente.

Pensando nesses estudos, a utilização de instrumentos adequados é essencial para avaliar de forma válida e precisa as estratégias de resolução de conflito entre pais e filhos. A literatura internacional conta com alguns instrumentos para avaliação desse tipo de conflito (Kurdek, 1994; Laursen, 1993; Marceau et. al, 2015; Rodrigo et al., 2008; Rubenstein & Feldman, 1993). Apesar da quantidade de instrumentos utilizados fora do país, no Brasil, as possibilidades de avaliação de tais estratégias são escassas.

Numa busca realizada nas plataformas *Index Psi*, *LILACS* e *SciELO*, foram encontrados quatro instrumentos. A escala *Children's Action Tendency Scale* – CATS, criada por Deluty (1981) e adaptada por Leme (2004), avalia três tipos de estratégias para resolução de conflitos: *agressiva*, *assertiva* e *submissa*. Porém, o instrumento foi criado para avaliar resoluções de conflitos em crianças e em situações hipotéticas específicas – conflitos com amigos, colegas da escola e pais –, não sendo, portanto, um questionário que avalia resoluções de conflitos entre pais e filhos. O *Parent-Child Conflict Tactics Scales* – CTSPC (Straus, 1979; Straus et al., 1998) foi submetido a uma adaptação transcultural para o português por Reichenheim e Moraes (2003). Apesar de se tratar de um instrumento que avalia os conflitos familiares, a escala se

concentra em avaliar a violência e maus tratos dentro da família, sendo mais adequada para avaliar famílias disfuncionais. O *Conflict-Resolution Behavior Questionnaire* – CRBQ, foi criado por Rubenstein e Feldman (1993) e desenvolvido para avaliar três estratégias de resolução de conflitos entre pais e filhos: ataque, compromisso e evitação. A escala foi validada para o contexto brasileiro por Delatorre e Wagner (2014), porém, o estudo de validação foi realizado com casais, para avaliação da resolução de conflito conjugal.

Por fim, o *Conflict Resolution Style Inventory* – CRSI, foi criado por Kurdek (1994) com o objetivo de avaliar resoluções de conflitos conjugais. O instrumento é composto por 16 itens, que avaliam quatro estratégias de resolução de conflito: resolução positiva de problemas (ex. Encontro alternativas que sejam aceitáveis para ambos); engajamento no conflito (ex. Explodo e perco o controle); retirada (ex. Me afasto, agindo de forma distante e desinteressada) e conformidade (ex. Não defendo minha posição). Cada dimensão da escala é composta por quatro itens. Os participantes são convidados a indicar, por meio de uma escala Likert de cinco pontos, com que frequência seu companheiro(a) utiliza cada um dos estilos para lidar com situações de desentendimentos.

Essa escala foi validada para o contexto brasileiro por Delatorre, Scheeren e Wagner (2017), com uma amostra de casais, para avaliar quatro tipos de resoluções de conflito conjugal: envolvimento em conflito, resolução positiva, afastamento e submissão. Fora do Brasil, o CRSI foi adaptado num estudo internacional para o contexto pais-filhos (Branje et al. 2009). A validade desta medida adaptada foi demonstrada em vários

estudos, em diferentes países (por exemplo, Missotten et al., 2011; Van Doorn et al., 2008), e a escala é amplamente utilizada em pesquisas internacionais para avaliação das estratégias de resolução de conflitos tanto dos pais como dos filhos adolescentes (Branje et al., 2009; Van Doorn et al., 2007; Van Doorn et al, 2011; Missoten et al, 2011; Missotten et al., 2018).

Dada a relevância do CRSI no cenário internacional, e na ausência de instrumentos que avaliassem a maneira como filhos adolescentes resolvem seus desentendimentos com os pais no Brasil, realizamos um estudo de adaptação e validação dessa escala para o contexto brasileiro, que foi denominada de Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos - EERC (Braga, 2022). Verificamos que a EERC se mostrou confiável e adequada para avaliar as estratégias de resolução de conflitos entre adolescentes e seus pais.

Além da consideração das diferenças existentes entre os domínios sociais para o estudo da resolução de conflitos, destaca-se a importância da inclusão de outras variáveis. Nomeadamente, as percepções sobre a legitimidade da autoridade parental e o processo de tomada de decisão familiar. Como vimos no capítulo anterior, já foi demonstrado que tais variáveis são significativas para a compreensão dos conflitos na adolescência. Embora algumas análises tenham revelado que essas variáveis têm significados diferentes para o adolescente, a depender de cada domínio, as ligações empíricas entre legitimidade da autoridade parental, tomada de decisão familiar e estratégias de resolução de conflitos ainda não foram verificadas. Por exemplo, são necessárias pesquisas adicionais para verificar o impacto da legitimidade da autoridade parental na estratégia de resolução de

conflito do adolescente, e como essa relação repercute no ajustamento do adolescente ao longo do desenvolvimento, a depender de cada domínio. Essa discussão será levada adiante em nosso próximo capítulo.

A partir do que foi discutido até o presente momento, algumas perguntas de pesquisa podem ser formuladas. Para começar, podemos começar nos perguntando: as estratégias de resolução de conflitos são as mesmas ou variam de um domínio para o outro? Uma suposição que pode ser feita é a de que questões pessoais possam evocar mais Afastamento e Resolução Agressiva do que questões relacionadas aos outros domínios, uma vez que envolvem a defesa que o adolescente faz de sua identidade, o que pode evocar emoções que gerem tensões mais fortes no ambiente familiar. Deve-se notar que, até aqui, há pouca ou nenhuma pesquisa que relacione especificamente o tipo de resolução de conflito familiar com os domínios sociais.

Outra possível pergunta de pesquisa é: há diferenças de sexo na relação entre o padrão de resolução de conflito e os domínios? Daddis e Smetana (2005) verificaram que os adolescentes do sexo masculino reivindicavam mais jurisdição pessoal sobre suas escolhas. Se assim for, é possível que os rapazes endossem mais negociações e disputas, e que as moças endossem mais conformidade com os padrões parentais. Essas hipóteses também precisam ser analisadas em termos de trajetória do desenvolvimento, para se conhecer se existem mudanças nos padrões de resolução de conflito em função do avanço da idade e do tipo de domínio. Conflitos envolvendo questões de prudência podem evocar no adolescente respeito à posição dos pais no início da adolescência, no entanto, no final da adolescência, é possível

que os jovens acreditem que já são capazes de pensar com prudência (quando podem ainda não ser), o que pode acarretar o uso de formas menos adequadas de resolução de conflito, como a Resolução Agressiva e o Afastamento. Ainda, é necessário verificar se características da personalidade do adolescente e práticas parentais exercem influência na estratégia adotada para a resolução de conflito.

No próximo capítulo, será apresentada uma pesquisa que foi realizada com o intuito de tentar responder a algumas das considerações acima expostas.

Capítulo VII

DOMÍNIOS SOCIAIS, AUTORIDADE PARENTAL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM RELATO DE PESQUISA

Neste capítulo será apresentada brevemente uma das pesquisas que compuseram a minha tese de doutorado (Braga, 2022). Tem-se, com isso, o intuito de ilustrar como a resolução de conflitos entre pais e filhos pode ser estudada a partir da Teoria dos Domínios Sociais. Teremos a oportunidade de revisitar vários dos temas tratados ao longo do livro, visualizando como eles podem ser operacionalizados na realização de um estudo, e como interagem entre si.

Busquei, a partir deste trabalho, realizar uma singela contribuição com a literatura científica da área de resoluções de conflitos entre pais e filhos na adolescência, no sentido de tentar responder a algumas das lacunas e críticas levantadas no capítulo anterior. Uma primeira lacuna a que a pesquisa pretendeu responder dizia respeito à consideração dos conteúdos e temas dos conflitos, o que foi realizado a partir da Teoria dos Domínios Sociais. Além disso, pretendeu-se investigar qual seria o papel das percepções sobre a legitimidade da autoridade parental na relação entre as resoluções de conflitos e os domínios sociais. Até onde pude averiguar, não haviam pesquisas que relacionassem

especificamente o tipo de resolução de conflito familiar com os domínios sociais e com a legitimidade da autoridade parental.

Nesse sentido, a pesquisa teve como um primeiro objetivo verificar se, de fato, as estratégias de resolução de conflitos utilizadas pelos adolescentes nas relações com seus pais podem variar a depender do tipo de domínio envolvido na situação de conflito. Além disso, pretendeu-se testar a influência do endosso à Legitimidade da Autoridade Parental (LAP) sobre as estratégias de resolução de conflito, de acordo com os domínios sociais específicos. Assim, hipotetizamos que a LAP desempenharia um papel de variável mediadora entre os domínios sociais percebidos e as estratégias de resolução de conflito adotadas. Isto é, que o endosso à LAP variaria em função do domínio social envolvido, e que, por sua vez, as estratégias de resolução de conflito empregadas variariam em função do nível da LAP.

Para cumprir os objetivos propostos, organizamos um delineamento composto por dois estudos experimentais. O Estudo 1 teve o objetivo de testar a hipótese de que as estratégias de resolução de conflito que o adolescente adota nas interações com seus pais variam em função dos domínios sociais. O Estudo 2, por sua vez, teve como objetivo testar a hipótese de que a legitimidade da autoridade parental medeia a relação entre os domínios sociais e as estratégias de resolução de conflito.

ESTUDO 1

Participaram deste estudo 316 adolescentes de 11 a 19 anos de idade ($M = 14,45$ anos, $DP = 2,078$), sendo 57,3% do sexo feminino e 42,7% do masculino. Em relação à escolaridade, 58% estudavam no Ensino Fundamental, 37,3% no Ensino Médio e 4,7% no Ensino Superior. Em relação ao contexto familiar, 66,8% dos participantes tinham pais casados ou que viviam juntos e 30,7% tinham pais separados. Metade (49,7%) dos participantes possuíam um irmão, 20% tinham dois irmãos, 13,9% possuíam três ou mais irmãos, enquanto 15,5% deles eram filhos únicos. Observou-se, ainda, que a maior parte dos adolescentes declarou-se branca (43%) ou parda (39,2%) em relação à raça, e de religião católica (42,7%) ou evangélica (30,4%).

Os participantes foram apresentados a histórias que envolviam situações em que os comportamentos dos filhos(as) sofriam uma proibição parental. Manipulamos os domínios (moral x convencional x pessoal x prudencial x multifacetado) e o sexo do personagem (masculino x feminino). Isto é, os participantes da pesquisa tiveram, cada um, acesso a uma entre dez histórias diferentes, que variavam em função dos domínios retratados e do sexo do personagem adolescente.

A validade de conteúdo dos cenários apresentados nas histórias foi assegurada com o auxílio da avaliação de 4 pesquisadores do campo dos domínios sociais, de relevância internacional. Os comportamentos apresentados nas histórias foram relativos a transgressões em cada um dos domínios sociais: no domínio moral, roubo; no domínio convencional, comer com as

mãos ao invés de usar talheres; no domínio pessoal, corte de cabelo que os pais não aprovavam; no prudencial, uso de álcool; no multifacetado, hora de voltar para casa durante uma saída noturna com amigos.

Após a leitura do cenário, os participantes responderam a itens sobre a Resolução de Conflitos, a partir de uma versão da *Conflict Resolution Style Inventory* – CRSI adaptada para o contexto brasileiro e validada para o estudo de resolução de conflitos com o público adolescente (Braga, 2022), escala que mede os quatro estilos de resolução de conflito: Resolução Positiva, Resolução Agressiva, Afastamento e Conformidade. Os participantes responderam aos 17 itens da escala, indicando o quanto cada item refletiria o seu comportamento com seus pais (exemplos de itens: “Procuo uma solução que seja boa para ambos”, “Explodo e saio do controle”, “Me afasto e ajo de forma distante e desinteressada”, “Não tenho ânimo para me defender”). A escala de resposta variou de 1 = Nunca a 5 = Sempre.

A pesquisa foi respondida de forma online, devido à pandemia de COVID-19 na época da pesquisa. Os participantes tiveram acesso ao estudo por meio da plataforma Qualtrics, que realizava a randomização dos dados, de modo que cada um tivesse acesso a apenas um dos cenários experimentais. Desse modo, cada pessoa lia um cenário referente a um domínio, cujo personagem principal poderia ser do sexo masculino ou feminino. Em seguida, era pedido que eles indicassem como resolveriam aquela situação a partir da escala de estratégia de resolução de conflitos. Informava-se que não havia resposta certa ou errada, e os pesquisadores ficaram à disposição para esclarecer dúvidas aos respondentes.

RESULTADOS

Foram realizadas análises de variância (ANOVAS) univariadas para avaliar se haviam diferenças estatisticamente significativas nas estratégias de resolução de conflito adotadas de acordo com os domínios sociais. Os resultados demonstraram que o efeito principal dos domínios sociais sobre essas estratégias foi significativo para a estratégia Conformidade, mas não para as estratégias de Resolução Positiva, Resolução Agressiva e Afastamento.

Comparando o uso da Conformidade enquanto estratégia de resolução de conflito nos diferentes domínios sociais, observou-se que a Conformidade era mais utilizada no domínio moral do que nos outros, enquanto era menos utilizada no domínio pessoal em comparação com todos os outros domínios. Analisando o uso das estratégias em cada um dos domínios separadamente, foram obtidos os seguintes resultados estatisticamente significativos: 1) nos domínios moral, convencional e prudencial, os participantes utilizaram mais a Conformidade do que a Resolução Agressiva e o Afastamento; 2) no domínio pessoal e no domínio multifacetado, a Conformidade foi mais utilizada do que a Resolução Agressiva e o Afastamento, e foi menos utilizada do que a Resolução Positiva.

Os resultados deste primeiro estudo foram consistentes com a literatura acumulada até o momento (Smetana & Asquith, 1994; Smetana et al., 2005; Smetana & Daddis, 2002; Smetana et al., 2006), que apontam para os comportamentos referentes ao domínio pessoal como estando fora do campo aceitável da regulação parental.

O maior uso da Conformidade no domínio moral também é coerente com as pesquisas existentes. Lembremo-nos que, como observou Smetana (2011), assuntos relacionados ao domínio moral criavam poucas situações de conflitos com os pais, e estavam geralmente relacionados a desentendimentos com irmãos e por vezes com amigos. Também é condizente com os resultados dos estudos sobre a LAP, que indicam que pais e adolescentes concordam com a legitimidade da autoridade parental para atuar em questões morais (Smetana & Asquith, 1994; Smetana et al., 2005).

Além disso, foi verificada uma relação positiva significativa (embora fraca) entre a idade e o uso da estratégia de Resolução Positiva. Isto é, de maneira geral, quanto maior era a idade do participante, mais ele tendia a utilizar a Resolução Positiva na resolução do conflito. Esses resultados encontram suporte em estudos anterior, que já haviam detectado uma relação entre o aumento da idade e o uso da Resolução Positiva (Branje et al., 2009; Missotten et al., 2011; Van Doorn et al., 2011). Tais achados apontam para o fato de que, apesar dos estereótipos existentes acerca da adolescência enquanto um período de grandes conflitos com a família e da rejeição dos valores parentais (Papalia & Feldman, 2013), existe o potencial para o aprendizado e ajustamento mútuo entre pais e filhos, que parecem aprender com o tempo a resolverem seus conflitos de maneira mais positiva e empática.

No geral, foi confirmada a hipótese central do Estudo 1, a de que a adoção das estratégias de resolução de conflitos estaria sujeita a mudanças de acordo com os domínios sociais envolvidos.

ESTUDO 2

O segundo estudo objetivou testar a hipótese de que a legitimidade da autoridade parental teria um papel mediador na relação entre os domínios sociais e as estratégias de resolução de conflito. Nesse sentido, formulamos duas hipóteses. A primeira postulava que a legitimidade da autoridade parental seria mais elevada nos domínios moral, convencional, prudencial e multifacetado do que no domínio pessoal, tendo em vista os resultados prévios que apontam que, para questões pessoais, a legitimidade da autoridade parental é rejeitada (Smetana et al., 2005; Smetana & Daddis, 2002; Smetana et al., 2006). A segunda hipótese foi a de que quanto maior fosse a legitimidade da autoridade parental, maior seria o uso de Resolução Positiva e de Conformidade e menor seria o uso de Resolução Agressiva e de Afastamento. O raciocínio subjacente era que, ao validar o exercício da autoridade dos pais, os adolescentes adotariam resoluções compreensivas para com o ponto de vista dos mesmos, enquanto aqueles que rejeitassem sua autoridade utilizariam comportamentos de autodefesa ou fuga do conflito.

Participaram deste estudo 356 adolescentes de 11 a 19 anos de idade ($M = 14,37$ anos, $DP = 2,156$) divididos em 52,5% do sexo feminino e 47,5% do masculino, 51,1% estudantes do Ensino Médio e 48,8% do Ensino Fundamental. Acerca da configuração familiar, a maioria (71,1%) informou que seus pais eram casados ou moravam juntos, enquanto 24,4% tinham pais separados. Sobre a presença de irmãos, 44,7% dos adolescentes tinham um irmão, 19,9% possuíam dois irmãos, 17,1% possuíam três ou mais irmãos e 18,3% não

possuíam irmãos. A maior parte dos participantes declarou-se branca (47,5%) ou parda (37,6%), e católica (44,7%) ou evangélica (34%).

Os participantes também responderam ao estudo de forma online, a partir da plataforma Qualtrics. Eles foram apresentados às mesmas histórias do Estudo 1, e, para além dos questionários sociodemográficos e da Escala de Resolução de Conflitos, responderam a uma Escala de Legitimidade da Autoridade Parental. Para avaliar as crenças sobre a legitimidade do controle parental, os adolescentes foram solicitados a responder o quanto eles concordavam (numa escala de 1 = Nada a 5 = Muitíssimo) com cada uma das seguintes afirmações: “Os pais estão corretos em estabelecer regras sobre esse assunto”, “É justo que os pais decidam sobre esse tema”, “Os pais têm autoridade para julgar se isso é melhor para os filhos ou não”, “Esse assunto deve ser controlado pelos pais”.

RESULTADOS

Os resultados demonstraram um efeito significativo da manipulação experimental dos domínios sociais sobre a LAP. De modo geral, o domínio moral foi aquele que apresentou a maior média de legitimidade da autoridade parental na comparação com os outros domínios. Essa diferença se mostrou estatisticamente significativa na comparação do domínio moral com os outros domínios, com a exceção do domínio prudencial, com o qual não se

diferenciou de maneira significativa. No sentido contrário, a legitimidade da autoridade parental no domínio pessoal mostrou-se a menor de todas, diferenciando-se de maneira estatisticamente significativa de todos os outros domínios. Esses resultados replicam os achados dos estudos anteriores sobre o tema (Smetana et al., 2005; Smetana & Daddis, 2002; Smetana et al., 2006).

No que dizia respeito às diferenças nas formas de resolução de conflito de acordo com o domínio, foram constatadas diferenças significativas para as estratégias de Afastamento e de Conformidade. A esse respeito, constatou-se que a estratégia de Afastamento era menos utilizada nos conflitos que envolviam os domínios Prudencial e Moral do que nos outros domínios, enquanto que a Conformidade era menos utilizada como estratégia no domínio Pessoal do que em todos os outros domínios.

No que dizia respeito às diferenças nas formas de resolução de conflito de acordo com o domínio, foram encontradas diferenças significativas para as estratégias de Afastamento e de Conformidade. Verificou-se que a Conformidade era menos utilizada como estratégia no domínio pessoal do que em todos os outros domínios, corroborando os achados do primeiro estudo. Além disso, verificou-se que a estratégia de Afastamento era menos utilizada nos conflitos que envolviam os domínios prudencial e moral do que nos outros domínios, revelando uma informação adicional que é coerente com o que a teoria e a literatura trazem.

As pesquisas anteriores (Smetana & Asquith, 1994, Smetana et al., 2005) já demonstravam que as questões relacionadas ao domínio pessoal eram tratadas pelos adolescentes como estando fora do campo da autoridade dos pais. Os pais, apesar de reconhecerem a importância de os filhos fazerem suas

próprias escolhas para o desenvolvimento de sua independência e competências, apresentavam uma disposição para conceder esse direito à escolha que ficava sempre aquém das reivindicações feitas pelos adolescentes. Considerando que o conflito é mais provável de ocorrer quando os pais tentam regular um comportamento e o filho não legitima sua autoridade para isso (Darling, Cumsille & Peña-Alampay, 2005), era esperado que nesses casos os adolescentes adotassem estratégias de resolução mais hostis, como a fuga e a não aceitação das imposições parentais. Nesse sentido, um trabalho recente (Gingo, Roded & Turiel, 2017) constatou que os adolescentes julgavam aceitável mentir para os pais sobre conteúdos referentes ao domínio pessoa, utilizando sua defesa como justificativa para o uso da mentira.

Lembremo-nos, no entanto, que a reivindicação de controle sobre questões pessoais é uma parte fundamental do desenvolvimento da autonomia saudável na adolescência (Nucci et al., 1996a; Smetana et al., 2005), de modo que comportamentos envolvendo resistência – ou mesmo subversão – à autoridade dos pais nessa área pode ser um sinal de desenvolvimento saudável (Smetana et al., 2005). Logo, o Afastamento neste caso pode corresponder à busca dos adolescentes por sua individualidade, autonomia e identidade.

Nesse sentido, já foi demonstrado que a percepção dos filhos adolescentes sobre a existência de um controle por parte dos pais em conteúdos do Domínio Pessoal está fortemente associada ao seu desajustamento psicológico (Chen-Galdini, Liu & Nucci, 2020). Proteger a tomada de decisão no domínio pessoal é, portanto, de suma importância para a promoção de um ajustamento psicológico saudável na adolescência (Smetana et al.,

2005). Argumentamos, portanto, que a utilização de menos conformidade e mais afastamento pode ser um indicativo do processo de renegociação dos limites da autoridade dos pais e da extensão da autonomia do adolescente (Smetana et al., 2005).

Apesar dos resultados apontarem, de maneira geral, que a Conformidade está associada a resultados positivos (Dost-Gözkan, 2019) e o Afastamento a resultados negativos (Branje et al., 2009), acreditamos que uma compreensão adequada das estratégias de resolução e de suas consequências requer uma análise mais complexa, que levem em conta os diversos elementos que compõem as situações de conflito. Foi nesse mesmo sentido que realizamos as críticas às abordagens generalistas comumente empregadas, e que defendemos a importância da consideração dos domínios sociais no estudo da resolução de conflitos. Defendemos, portanto, que os efeitos dessas estratégias dependem do contexto em que ocorre o conflito e a sua resolução, dos domínios sociais envolvidos, do interlocutor e, principalmente, da função que o conflito cumpre no relacionamento entre pais e filhos.

Assim, considerando que o desenvolvimento de uma autonomia responsável é tarefa central da adolescência, do ponto de vista individual e do cultural (Smetana, 2010), compreende-se que este processo se apresenta de maneira complexa, marcada por heterogeneidades de pensamento que envolvem tanto a aceitação quanto a rejeição da autoridade parental. A rejeição da autoridade parental sobre questões da ordem pessoal parece ser um aspecto do desenvolvimento saudável do adolescente (Wray-Lake et al., 2010). Em nosso estudo, essa rejeição parece ser refletida no menor uso da conformidade e no maior uso do afastamento nesse domínio.

No que diz respeito à hipótese principal deste estudo, os

resultados das análises realizadas indicaram a adequação do modelo de mediação proposto. Como dito, a LAP relacionou-se de maneira significativa com os domínios sociais (com exceção do prudencial) e também com todas as estratégias de resolução de conflitos. A saber, verificou-se que: 1) quanto maior a legitimidade percebida, mais os participantes endossaram as estratégias de Resolução Positiva e de Conformidade e 2) quanto maior a legitimidade percebida, menos os participantes endossaram as estratégias de Resolução Agressiva e de Afastamento.

Em relação ao sexo dos participantes, foi observada uma diferença significativa no que dizia respeito às estratégias de resolução de conflitos: as participantes do sexo feminino apresentaram maior média de uso da estratégia de Afastamento do que os participantes do sexo masculino. Esse resultado corrobora o encontrado em outro estudo (Allison & Schultz, 2004), em que as filhas relataram conflitos mais intensos com seus pais do que os filhos. De maneira similar, estudos mais antigos já tinham encontrado mais conflitos dos pais com as filhas do que com os filhos (Smetana, 1989; Smetana & Asquith, 1994). Vale salientar, no entanto, que, de maneira geral, a estratégia mais utilizada tanto pelos participantes do sexo masculino como do sexo feminino foi a Resolução Positiva, seguida da Conformidade, do Afastamento e, por último, da Resolução Agressiva.

Também foram encontradas diferenças no endosso da LAP de acordo com o sexo dos participantes, em que, de maneira geral, o sexo masculino apresentou maiores níveis de LAP do que o feminino. Um dado interessante constatado foi o de que a diferença entre sexos no endosso à LAP variava de acordo com o domínio social retratado. Verificou-se que quando se tratava dos

domínios convencional, pessoal e multifacetado, os homens apresentavam maior endosso à autoridade parental. No domínio moral, por outro lado, as mulheres endossavam mais a LAP.

A literatura não é consistente sobre as diferenças de sexo no endosso à LAP. Kuhn e Laird (2011) constataram que os meninos eram menos propensos do que as meninas a acreditar na legitimidade da autoridade de decisão dos pais, enquanto Wang e Faldowski (2014) verificaram que as meninas tinham menos probabilidade de endossar a LAP. O estudo de Wray-Lake e colaboradores (2010) encontrou que os pais relataram mais autonomia de decisão para as meninas do que para os meninos.

Em relação às diferenças na adesão da LAP de ambos os sexos de acordo com o domínio, podemos levantar algumas possíveis explicações. O maior endosso à autoridade parental no domínio pessoal por parte dos homens pode indicar que eles aceitam com maior facilidade as expectativas e normas sociais associadas ao sexo masculino. Expectativas e normas que, vale salientar, normalmente os privilegiam. Sobre a diferença observada no domínio pessoal, considera-se que o resultado encontrado pode ser explicado pelo conteúdo específico da história apresentada, que envolvia um conflito sobre um corte de cabelo. É possível conceber que, para as meninas, a escolha do corte de cabelo seja um símbolo da expressão e da identidade própria mais forte do que para os rapazes e, por esta razão, elas legitimem menos a autoridade dos pais interferirem nesse tema. Nessa mesma lógica, no que diz respeito à diferença observada no domínio multifacetado, representado neste estudo pelo tema da saída noturna dos adolescentes, considera-se que os rapazes endossaram mais a LAP neste domínio porque, em comparação com o sexo

feminino, recebem uma maior liberdade dos pais para realizar comportamentos fora de casa (Bulcroft et al., 1996).

CONCLUSÃO

Foi confirmado que as estratégias de resolução de conflito adotadas variavam de acordo com o domínio social tratado. Argumentou-se que o menor uso da Conformidade e o maior uso do Afastamento no domínio pessoal poderia ser indicativo de um processo normativo de reivindicação de autonomia por parte dos adolescentes. A confirmação dessa hipótese requer a realização de novas pesquisas que venham a examinar a relação entre o uso de estratégias de resolução de conflito no domínio pessoal (assim como em outros domínios) e indicadores de autonomia psicológica e bem-estar em adolescentes de diferentes idades e culturas.

No geral, os resultados revelaram que os adolescentes apresentaram maior endosso à LAP nos domínios moral e prudencial e menor endosso no domínio pessoal. Observaram-se diferenças entre os sexos no endosso à LAP, que variaram de acordo com o domínio social. Essas diferenças podem ser, ao menos em parte, explicadas pelas diferenças na socialização e nos padrões sociais a que as crianças e adolescentes dos dois sexos são submetidos.

Foi demonstrado que a relação entre os domínios e as estratégias de resolução de conflito é mediada pela legitimidade da autoridade parental. Os adolescentes relataram um maior endosso

à LAP no domínio moral, e um menor endosso no domínio pessoal. Constatou-se que, quanto maior era a percepção de legitimidade da autoridade parental, maior era uso da Resolução Positiva e da Conformidade e menor era o uso da Resolução Agressiva e do Afastamento. Esses resultados confirmaram as nossas hipóteses de mediação e adicionam uma importante contribuição à literatura, evidenciando a relevância da legitimidade da autoridade parental para o relacionamento do adolescente com seus pais e para o seu desenvolvimento saudável.

Acredita-se que a presente investigação contribui para a literatura mais geral sobre resolução de conflitos, fornecendo indicativos sobre como o contexto e as crenças referentes ao controle parental influenciam a maneira como os adolescentes manejam os conflitos. Nesse sentido, reforçamos a utilidade da Teoria dos Domínios Sociais nas pesquisas sobre a resolução de conflitos como uma ferramenta importante para o estudo da resolução de conflitos na adolescência.

Foi afirmado que este trabalho buscou responder a algumas lacunas observadas na literatura sobre o tema. Não se quer, com isso, insinuar que nossa pesquisa está livre de erros ou limitações, e assim isenta de críticas. Também não se pretende afirmar que “resolvemos” as limitações da literatura, ou que estabelecemos um novo modelo ideal de pesquisas a ser reproduzido. Assim, cabe ressaltar algumas limitações do presente estudo.

Primeiramente, os estilos de resolução de conflitos utilizados pelos adolescentes podem variar entre os relacionamentos com o pai e com a mãe (Dost-Gözkan, 2019). A referência aos “pais” de modo geral, como foi feita neste estudo,

não permite avaliar as especificidades das resoluções de conflitos com mães e com pais. Em segundo lugar, embora a utilização de histórias referentes aos vários domínios seja capaz de contextualizar mais o estudo da resolução de conflitos, a utilização de um único cenário por domínio não é capaz de abarcar toda a gama de situações que um determinado domínio social pode englobar, o que dificulta a generalização dos resultados. Terceiro, não averiguamos as frequências e intensidades dos conflitos vivenciados pelos adolescentes, variáveis que podem influenciar a escolha por uma ou outra estratégia de resolução. Por fim, o estudo centrou-se apenas na perspectiva dos filhos. Dado que pais e filhos muitas vezes têm perspectivas diferentes sobre os processos familiares (Smetana, 2010), seria interessante que novas pesquisas considerassem tanto os relatos dos adolescentes como de seus pais.

Apesar das limitações, a pesquisa traz implicações importantes para as pesquisas sobre a resolução de conflito familiar. Até pude averiguar, este foi o primeiro estudo a examinar os efeitos mediadores das crenças de legitimidade da autoridade parental nas relações entre os domínios sociais e as estratégias de resolução de conflito familiar. Os resultados sugerem que a adoção da estratégia para resolução de conflito escolhida pelos adolescentes deve ser analisada levando em consideração a especificidade do domínio em questão e também das crenças dos adolescentes em relação à autoridade parental.

Capítulo VIII

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Ao longo deste livro, procurei realizar uma sistematização de alguns pontos que considero importantes para a compreensão dos conflitos que ocorrem entre pais e filhos durante a adolescência e de suas possíveis resoluções. Inicialmente, nos familiarizamos com a Teoria dos Domínios Sociais e como ela pode ser utilizada para compreendermos esses conflitos a partir das perspectivas dos adolescentes e de seus pais. Aprendemos sobre a natureza dos conflitos, seu papel no desenvolvimento do indivíduo e nas relações entre pais e filhos. Descobrimos que grande parte dos conflitos ocorre quando pais e filhos discordam sobre quais são os domínios sociais que a situação envolve e que os adolescentes geralmente entram em conflito ao buscar uma maior liberdade e autonomia, enquanto seus pais procuram inseri-los nas normas e convenções sociais existentes e ensiná-los a agir de maneira prudente. Vimos como a medida em que os filhos legitimam a autoridade dos pais é importante para a relação, para o desenrolar do conflito e para o ajustamento dos adolescentes, e também comentamos sobre a importância de considerar-se como se dá o processo de tomada de decisões dentro da família. Listamos quais são as estratégias de resolução de conflitos possíveis, e o que a literatura nos diz sobre sua utilização e consequências, assim como pontuamos algumas das lacunas existentes nessa literatura. Finalmente,

demonstramos como os conceitos trabalhados podem ser operacionalizados em uma pesquisa, buscando prestar uma pequena contribuição para o preenchimento das lacunas identificadas.

Aproveitarei esse espaço ao final para destacar algumas direções e perguntas que em meu ver necessitam ser melhor exploradas em pesquisas futuras. Demonstramos que as estratégias de resolução podem variar de acordo com os domínios sociais a que os conflitos se referem. Resta, no entanto, estudar como o uso dessas estratégias em cada domínio repercute no desenvolvimento do adolescente. Argumentamos, por exemplo, que o uso do Afastamento na defesa do Domínio Pessoal pode não ser um indicador negativo, mas essa hipótese requer verificação empírica. Nesse sentido, destaca-se a importância da realização de pesquisas longitudinais que venham a investigar a relação entre o uso de estratégias de resolução de conflito levando em consideração a diferenciação por domínios e indicadores de autonomia psicológica e bem-estar em adolescentes de diferentes idades e culturas.

Trago também a importância de incluir o processo de tomada de decisão familiar como variável dentro dessa equação. Não existem, até onde sabemos, estudos que analisem a relação entre a tomada de decisão familiar no tipo de estratégia que o adolescente adota para a resolução de conflito em diferentes domínios – morais, convencionais, pessoais, prudenciais e multifacetadas – nem estudos que analisem o papel da legitimidade da autoridade parental nesta relação. Também não se encontram estudos que verifiquem as consequências dos tipos de tomada de decisão nos diferentes domínios para o ajustamento dos

adolescentes.

Outra questão que merece ser melhor investigada diz respeito às heterogeneidades que podem existir dentro de uma mesma classe de estratégia de resolução. Isto é, que podem haver diferenças qualitativas no uso de uma determinada estratégia, e que essas diferenças podem trazer consequências distintas para o desenvolvimento. Tomemos como exemplo o uso da Conformidade. O estudo de Dost-Gözkan (2019) identificou que o uso da Conformidade por adolescentes como estratégia de resolução de conflito com a mãe associou-se positivamente com a satisfação com a vida, sendo referida como uma estratégia construtiva, principalmente na adolescência, período em que muitas decisões importantes são tomadas sem a supervisão de um adulto. Não é possível saber, no entanto, se essa Conformidade está inscrita dentro de uma moral heterônoma, fundamentada na submissão cega às regras e autoridades, ou se é advinda de uma decisão tomada a partir de uma moral autônoma que reconhece a validade da intervenção materna. O comportamento pode ser o mesmo, mas a experiência interna é fundamentalmente diferente, assim como podem ser suas implicações para o desenvolvimento.

Já foi evidenciado que baixas percepções de legitimidade da autoridade parental podem representar um fator associado à assunção de riscos do adolescente, enquanto níveis mais elevados relacionam-se com um melhor relacionamento com os pais maior ajustamento. Também já se sabe que o endosso à legitimidade da autoridade parental por parte dos adolescentes varia de acordo com o domínio em questão. Falta investigar, no entanto, se as implicações da falta de endosso à legitimidade da autoridade parental são as mesmas para os diferentes domínios. Pelo que

argumentamos, seria de se supor que a falta desse endosso para o domínio pessoal, por exemplo, não traria tantas consequências negativas aos adolescentes. Também são necessárias pesquisas que verifiquem quais fatores contribuem para um maior endosso à autoridade parental. Seria uma consequência de um processo de identificação do adolescente com seus pais? Será que certos estilos e práticas parentais promovem maior adesão a essas crenças?

Por fim, acho válido ressaltar que este livro não foi feito com a pretensão de servir como um manual definitivo sobre a adolescência, conflitos e sua resolução. Espero, no entanto, que as informações aqui trazidas sejam suficientes para introduzir o leitor ao assunto, e que o trabalho de organização e sistematização aqui realizado seja útil para aqueles que desejarem se aprofundar nos estudos sobre o tema. Nesse sentido, esforcei-me ao máximo para trazer o maior número possível de referências sobre os tópicos tratados, de modo não apenas a embasar as informações apresentadas, como também de fornecer um guia de referências a ser consultado pelo leitor que pretenda continuar trilhando por esse caminho de compreensão e pesquisa sobre a adolescência, seus conflitos e resoluções.

REFERÊNCIAS

- Adams, R., & Laursen, B. (2001). The Organization and Dynamics of Adolescent Conflict with Parents and Friends. *Journal of Marriage and Family*, 63, pp. 97-110.
- Adams, R. E., & Laursen, B. (2007). The correlates of conflict: disagreement is not necessarily detrimental. *Journal of Family Psychology*, 21, 445-458.
- Alonso-Stuyck, P., Zacarés, J. J., & Ferreres, A. (2018). Emotional Separation, Autonomy in Decision-Making, and Psychosocial Adjustment in Adolescence: A Proposed Typology. *Journal of Child and Family Studies*, 27(5), 1373-1383.
- Allison, B. N., & Schultz, J. B. (2004). Parent-adolescent conflict in early adolescence. *Adolescence*, 39(153), 101-119.
- Ardila-Ray, A., & Killen, M. (2001). Middle class Colombian children's evaluations of personal, moral, and social-conventional interactions in the classroom. *International Journal of Behavioral Development*, 25(3), 246-255.
- Barber, B. K., Maughan, S. L., & Olsen, J. A. (2005). Patterns of parenting across adolescence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 108, 5-16.
- Bardin, L. (1970): *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Borbely, C. J., Graber, J. A., Nichols, T., Brooks-Gunn, J., & Botvin, G. J. (2005). Sixth graders' conflict resolution in role plays with a peer, parent, and teacher. *Journal of Youth and Adolescence*, 34(4), 279-291.
- Braga, L. (2017). *Defesa do domínio pessoal e resolução de conflitos familiares hipotéticos por adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Braga, L. (2022). *Resolução de conflitos familiares: o papel dos domínios sociais e da legitimidade da autoridade parental* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Branje, S. J. T., van Doorn, M., van der Valk, I., & Meeus, W. (2009). Parent-adolescent conflicts, conflict resolution types, and adolescent adjustment. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(2), 195-204.
- Bulcroft, R., Carmody, D., & Bulcroft, K. (1996). Patterns of parental independence giving to adolescents: Variations by race, age, and gender of child. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 866-883.

- Caughlin, J. P., & Malis, R. S. (2004a). Demand/withdraw communication between parents and adolescents: connections with self-esteem and substance use. *Journal of Social and Personal Relationships*, 21, 125–148.
- Caughlin, J. P., & Malis, R. S. (2004b). Demand/withdraw communication between parents and adolescents as a correlate of relational satisfaction. *Communication Reports*, 17, 59–71.
- Chen-Galdini, M.; Liu, J.; Nucci, L. (2020). “It’s My Own Business!”: Parental Control Over Personal Issues in the Context of Everyday Adolescent–Parent Conflicts and Internalizing Disorders Among Urban Chinese Adolescents. *Developmental Psychology*, 56(9), 1775–1786.
- Choi, D. W., Han, K. T., Jeon, J., Ju, Y. J., & Park, E. C. (2020). Association between family conflict resolution methods and depressive symptoms in South Korea: a longitudinal study. *Archives of women's mental health*, 23(1), 123–129.
- Collins, W., & Laursen, B. (1992). Conflict and relationships during adolescence. In: C. Shantz & W. Hartup (Eds.), *Conflict in child and adolescent development* (pp. 216–241). New York: Cambridge University Press.
- Cooper, C., & Ayers-Lopez, S. (1985). Family and peer systems in early adolescence: New models of the role of relationships in development. *Journal of Early Adolescence*, 5, 9–22.
- Cumsille, P., Darling, N., Flaherty, B., & Martínez, M. L. (2009). Heterogeneity and change in the patterning of adolescents’ perceptions of the legitimacy of parental authority: A latent transition model. *Child Development*, 80(2), 418–432.
- Cumsille, P., Darling, N., & Martínez, M. L. (2010). Shading the truth: The patterning of adolescents’ decisions to avoid issues, disclose, or lie to parents. *Journal of Adolescence*, 33(2), 285–296.
- Daddis, C., & Smetana, J. (2005). Middle-class African American families’ expectations for adolescents’ behavioural autonomy. *International Journal of Behavioral Development*, 29(5), 371–381.
- Darling, N., Cumsille, P., Caldwell, L., & Dowdy, B. (2006). Predictors of adolescents’ disclosure to parents and perceived parental knowledge: Between- and within-person differences. *Journal of Youth and Adolescence*, 35, 659–670.
- Darling, N., Cumsille, P., & Martínez, M. L. (2007). Adolescents’ as active agents in the socialization process: Legitimacy of parental authority and obligation to obey as predictors of obedience. *Journal of Adolescence*, 30(2), 297–311.

- Darling N., Cumsille P., & Martínez M. (2008). Individual differences in adolescents' beliefs about the legitimacy of parental authority and their own obligation to obey: A longitudinal investigation. *Child Development*, 79, 1103-1118.
- Darling, N., Cumsille, P., & Peña-Alampay, L. (2005). Rules, legitimacy of parental authority, and obligation to obey in Chile, the Philippines, and the United States. *New directions for child and adolescent development*, (108), 47-60.
- Dekovic, M., Noom, M., & Meeus, W. (1997). Expectations regarding development during adolescence: Parental and adolescent perceptions. *Journal of Youth and Adolescence*, 26, 253-272.
- Delatorre, M. Z., Scheeren, P., & Wagner, A. (2017). Conflito conjugal: evidências de validade de uma escala de resolução de conflitos em casais do sul do Brasil. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 35(1), 79-94.
- Delatorre, M. Z., & Wagner, A. (2014). Estratégias de resolução de conflitos conjugais: evidências de validade do CRBQ. *Avaliação Psicológica*, 2015, 14(2), 233-242.
- Deluty, R. H. (1981). Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive children. *Cognitive Therapy and Research*, 5, 309-312.
- Dishion, T. J., Nelson, S. E., & Bullock, B. M. (2004). Premature adolescent autonomy: Parent disengagement and deviant peer process in the amplification of problem behaviour. *Journal of Adolescence*, 27(5), 515-530.
- Dornbusch, S. M., Carlsmith, J. M., Bushwall, S. J., Ritter, P. L., Leiderman, H., Hastorf, A. H., & Gross, R. T. (1985). Single parents, extended households, and the control of adolescents. *Child Development*, 56(2), 326-341.
- Dost-Gözkan, A. (2019). Adolescents' conflict resolution with their parents and best friends: Links to life satisfaction. *Journal of Child and Family Studies*, 28(10), 2854-2866.
- Furman, W., & Buhrmester, D. (1992). Age and Sex Differences in Perceptions of Networks of Personal Relationships. *Child Development*, 63(1), 103-115.
- García-Ruiz, M., Rodrigo, M., Hernández-Cabrera, J., & Máiquez, M. (2013). Contribution of parents' adult attachment and separation attitudes to parent adolescent conflict resolution. *Scandinavian Journal of Psychology*, 54, 459-467.
- Gingo, M., Roded, A. D., & Turiel, E. (2017). Authority, Autonomy, and Deception: Evaluating the Legitimacy of Parental Authority and

- Adolescent Deceit. *Journal of research on adolescence : the official journal of the Society for Research on Adolescence*, 27(4), 862–877.
- Goossens, L. (2006). The many faces of adolescent autonomy: Parent-adolescent conflict, behavioural decision-making, and emotional distancing. In S. Jackson, & L. Goossens (Eds.), *Handbook of adolescent development* (pp. 135–153). Hove and New York: Psychology Press.
- Gutman, L. M., & Eccles, J. S. (2007). Stage-environment fit during adolescence: Trajectories of family relations and adolescent outcomes. *Developmental Psychology*, 43(2), 522–537.
- Hasebe, Y., Nucci, L., & Nucci, M. (2004). Parental control of the personal domain and adolescent symptoms of psychopathology: A cross-national study in the United States and Japan. *Child Development*, 75, 815–828.
- Heinze, J. E., Hsieh, H. F., Aiyer, S. M., Buu, A., & Zimmerman, M. A. (2020). Adolescent family conflict as a predictor of relationship quality in emerging adulthood. *Family Relations*, 69(5), 996–1011.
- Helwig, C. (2006). The development of personal autonomy throughout cultures. *Cognitive Development*, 21, 458–473.
- Killen, M., & Nucci, L. (1995). Morality, autonomy and social conflict. In M. Killen & D. Hart (Eds.), *Morality in everyday life: Developmental perspectives* (pp. 52–86). Cambridge: Cambridge University Press.
- Killen, M., & Smetana, J. (1999). Social Interactions in Preschool Classrooms and the Development of Young Children's Conceptions of the Personal. *Child Development*, 70(2), 486–501.
- Kohlberg, L. (1976). Moral Stages and Moralization: the cognitive developmental approach. In T. Lickona (Ed.), *Moral Development and Behavior. Theory, Research and Social Issues* (pp. 31–53), New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Kuhn, E. S., & Laird, R. D. (2011). Individual differences in early adolescents' beliefs in the legitimacy of parental authority. *Developmental Psychology*, 47(5), 1353–1365.
- Kuhn, E. S., Phan, J. M., & Laird, R. D. (2014). Compliance with parents' rules: Between-person and within-person predictions. *Journal of Youth and Adolescence*, 43(2), 245–256.
- Kurdek, L. (1994). Conflict Resolution Style in gay, lesbian, heterosexual nonparent, and heterosexual parent couples. *Journal of Marriage and Family*, 56, 705–722.
- Lagattuta, K., Nucci, L., & Bosaki, S. (2010). Bridging Theory of Mind and the Personal Domain: Children's Reasoning About Resistance to Parental Control. *Child Development*, 81(2), 616–635.

- Laird, R. D., & Marrero, M. D. (2010). Information management and behavior problems: Is concealing misbehavior necessarily a sign of trouble? *Journal of Adolescence*, 33(2), 297–308.
- Lamborn, S. D., Dornbusch, S. M., & Steinberg, L. (1996). Ethnicity and Community Context as Moderators of the Relations between Family Decision Making and Adolescent Adjustment. *Child Development*, 67(2), 283–301.
- Laursen, B. (1993). The perceived impact of conflict on adolescent relationships. *Merrill Palmer Quarterly*, 39, 535–550.
- Laursen, B., & Collins, W. (1994). Interpersonal conflict during adolescence. *Psychological Bulletin*, 115, 197–209.
- Laursen, B., Coy, K. C., & Collins, W. A. (1998). Reconsidering changes in parent-child conflict across adolescence: a meta-analysis. *Child development*, 69(3), 817–832.
- Lee, C., Beckert, T., & Goodrich, T. (2010). The Relationship Between Individualistic, Collectivistic, and Transitional Cultural Value Orientations and Adolescents' Autonomy and Identity Status. *J Youth Adolescence*, 39, 882–893.
- Leme, M. I. S. (2004). Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17(3), 367–380.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development* (pp. 1–102). New York: Wiley.
- Marceau, K., Zahn-Waxler, C., Shirtcliff, E. A., Schreiber, J. E., Hastings, P., & Klimes-Dougan, B. (2015). Adolescents', mothers', and fathers' gendered coping strategies during conflict: Youth and parent influences on conflict resolution and psychopathology. *Development and Psychopathology*, 27(4), 1025–1044.
- Markus, H., & Kitayama, S. (1991). Culture and the Self: Implications for Cognition, Emotion, and Motivation. *Psychological Review*, 98(2), 224–253.
- Martins, R. A. (2022). A Teoria de Domínios Sociais. In M. E. F. Silva & R. A. Martins (Orgs.), *A Formação ética, moral e em valores na pesquisa em educação* (pp. 91–118). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Missotten, L. C., Luyckx, K., Branje, S., & Van Petegem, S. (2018). Adolescents' Conflict Management Styles with Mothers: Longitudinal Associations

- with Parenting and Reactance. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(2), 260–274.
- Missotten, L. C., Luyckx, K., Branje, S., Vanhalst, J., & Goossens, L. (2011). Identity Styles and Conflict Resolution Styles: Associations in Mother-Adolescent Dyads. *Journal of Youth and Adolescence*, 40(8), 972–982.
- Missotten, L. C., Luyckx, K., Van Leeuwen, K., Klimstra, T., & Branje, S. (2016). Adolescents' Conflict Resolution Styles Toward Mothers: The Role of Parenting and Personality. *Journal of Child and Family Studies*, 25(8), 2480–2497.
- Montemayor, R. (1983). Parents and adolescents in conflict: All families some of the time and some families most of the time. *Journal of Early Adolescence*, 3, 83–103.
- Mullins, D., & Tisak, M. (2006). Moral, conventional, and personal rules: The perspective of foster youth. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 27, 310–325.
- Nucci, L. (1981). Conceptions of Personal Issues: A Domain Distinct from Moral or Societal Concepts. *Child Development*, 52, 114–121.
- Nucci, L. (1994). Mothers' Beliefs Regarding the Personal Domain of Children. *New Directions for Child Development*, 66, 81–97.
- Nucci, L. (2014). The Personal and the Moral. In M. Killen & J. G. Smetana (Eds.), *Handbook of Moral Development* (pp. 538–558). New York: Psychology Press.
- Nucci, L. (1997). Culture, Universals, and the Personal. *New Directions for Child Development*, 76, 5–22.
- Nucci, L. (2001). *Education in the moral domain*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nucci, L., Camino, C., & Sapiro, C. (1996b). Social class effects on northeastern brazilian children's conceptions of areas of personal choice and social regulation. *Child Development*, 67, 1223–1242.
- Nucci, L., Killen, M., & Smetana, J. (1996a). Autonomy and the Personal: Negotiation and Social Reciprocity in Adult-Child Social Exchanges. *New Directions for Child Development*, 73, 7–24.
- Nucci, L., & Nucci, M. (1982a). Children's responses to moral and social conventional transgressions in free-play settings. *Child Development*, 53, 1337–1342.
- Nucci, L., & Nucci, M. (1982b). Children's social interactions in the context of moral and conventional transgressions. *Child Development*, 53, 403–412.
- Nucci, L., & Turiel, E. (1978). Social interactions and the development of social concepts in preschool children. *Child Development*, 49, 400–407.

- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12. ed.). AMGH.
- Pérez, J., & Cumsille, P. (2012). Adolescent temperament and parental control in the development of the adolescent decision making in a Chilean sample. *Journal of Adolescence*, 35, 659-669.
- Pérez, J., Cumsille, P., & Martínez, M. (2016). Brief report: Agreement between parent and adolescent autonomy expectations and its relationship to adolescent adjustment. *Journal of Adolescence*, 53, 10-15
- Perkins, S. A., & Turiel, E. (2007). To lie or not to lie: To whom and under what circumstances. *Child Development*, 78(2), 609-621.
- Phinney, J. S., Kim-Jo, T., Osorio, S., & Vilhjálmsdóttir, P. (2005). Autonomy and relatedness in adolescent-parent disagreements: Ethnic and developmental factors. In *Journal of Adolescent Research* (Vol. 20, Issue 1).
- Piaget, J. (1932). *O Juízo Moral na Criança*. São Paulo: Summus.
- Piaget, J. (1964). *Seis estudos de psicologia*. Forense Universitária.
- Piaget, J. (1973). *Logica e Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Piaget, J. (1975). *A Equilibração das Estruturas Cognitivas*. Rio de Janeiro: Jahar Editores.
- Piaget, J. (1984). *O nascimento da inteligência na criança*. Rio de Janeiro: LTC.
- Qin, L., Pomerantz, E. M., & Wang, Q. (2009). Are gains in decision-making autonomy during early adolescence beneficial for emotional functioning? the case of the United States and China. *Child Development*, 80(6), 1705-1721.
- Reichenheim, M. E., & Moraes, C. L. (2003). Adaptação transcultural do instrumento Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC) 124 utilizado para identificar a violência contra a criança. *Cadernos de Saúde Pública*, 19, 1701-1712.
- Rodrigo, M. J., García, M., Máiquez, M. L., Rodríguez, B. & Padrón, I. (2008). Estrategias y metas en la resolución de conflictos cotidianos entre adolescentes, padres y madres. *Infancia y Aprendizaje*, 31, 347-362.
- Rubenstein, J. L., & Feldman, S. S. (1993). Conflict-resolution behavior in adolescent boys: Antecedents and adaptational correlates. *Journal of Research on Adolescence*, 3(1), 41-66.
- Sapiro, C., Turiel, E., & Nucci, L. (2006). Brazilian adolescents' conceptions of autonomy and parental authority. *Cognitive Development*, 21, 317-331.
- Shantz, C., & Hartup, W. (1992). *Conflict in child and adolescent development*. New York: Cambridge University Press.

- Shek, D. T. L. (1997). The relation of parent-adolescent conflict to adolescent psychological well-being, school adjustment, and problem behavior. In *Social Behavior and Personality* (Vol. 25, Issue 3, pp. 277–290).
- Shweder, R., Mahapatra, M., & Miller, J. (1987). Culture and moral development. In J. Kagan & S. Lamb (Eds.), *The emergence of morality in young children* (pp. 1–83). Chicago: University of Chicago Press.
- Simon, V. A., & Furman, W. (2010). Interparental conflict and adolescents intimate relationship conflict. *Journal of Research on Adolescence*, 20, 188–209.
- Singh, R., & Nayak, J. K. (2016). Parent-adolescent conflict and choice of conflict resolution strategy: Familial holiday planning. *International Journal of Conflict Management*, 27(1), 88–115.
- Smetana, J. G. (1983). Social-cognitive development: Domain distinctions and coordinations. *Developmental Review*, 3(2), 131–147.
- Smetana, J. (1984). Toddlers' social interactions regarding moral and conventional transgressions. *Child Development*, 55, 1767–1776.
- Smetana, J. (1988). Adolescents and Parents Conceptions of Parental Authority. *Child Development*, 59, 321–335.
- Smetana, J. (1989). Adolescents' and Parents' Reasoning About Actual Family Conflict. *Child Development*, 60, 1052–1067.
- Smetana, J. (1995). Morality in context: Abstractions, ambiguities, and applications. In R. Vasta (Ed.), *Annals of child development* (pp. 83–130). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Smetana, J. (2000). Middle-class African American Adolescents' and Parents' Conceptions of Parental Authority and Parenting Practices: A Longitudinal Investigation. *Child Development*, 71(6), 1672–1686
- Smetana, J. G. (2010). *Adolescents, families, and social development: How teens construct their worlds*. John Wiley & Sons.
- Smetana, J. (2011). *Adolescents, families, and social development: How adolescents construct their worlds*. West Sussex, England: Wiley-Blackwell.
- Smetana, J., & Asquith, P. (1994) Adolescents' and Parents' Conceptions of Parental Authority and Adolescent Autonomy. *Child Development*, 65, 1143–1158.
- Smetana, J., Braeges, J., & Yau, J. (1991). Doing What you say and Say What you do: Reasoning About Adolescent-Parent Conflict In Interviews And Interactions. *Journal of Adolescence Research*, 6(3), 276–295.
- Smetana, J., Campione-Barr, N., & Daddis, C. (2004). Developmental and longitudinal antecedents of family decision-making: Defining health

- behavioral autonomy for Africa American adolescents. *Child Development*, 75(5), 1418-1434.
- Smetana, J., Crean, H. F., & Campione-Barr, N. (2005). Adolescents' and parents' changing conceptions of parental authority. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 108, 31-46.
- Smetana, J., & Daddis, C. (2002). Domain-specific antecedents of psychological control and parental monitoring: The role of parenting beliefs and practices. *Child Development*, 73, 563-580.
- Smetana, J., Daddis, C., & Chuang, S. (2003). "Clean Your Room!" A Longitudinal Investigation of Adolescent-Parent Conflict and Conflict Resolution in Middle Class African American Families. *Journal of Adolescent Research*, 18(6), 631-650.
- Smetana, J., & Gaines, C. (1999). Adolescent-Parent Conflict in Middle-Class African American Families. *Child Development*, 70(6), 1447-1463.
- Smetana, J. G., Metzger, A., Gettman, D. C., & Campione-Barr, N. (2006). Disclosure and Secrecy in Adolescent-Parent Relationships. *Child Development*, 77(1), 201-217.
- Staats, S., Van der Valk, I. E., Meeus, W. H. J., & Branje, S. J. T. (2018). Longitudinal Transmission of Conflict Management Styles Across Inter-Parental and Adolescent Relationships. *Journal of Research on Adolescence*, 28(1), 169-185.
- Steinberg, L. (2001). We Know Some Things: Parent-Adolescent Relationships in Retrospect and Prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11(1), 1-19.
- Sternberg, R., & Soriano, L. (1984). Styles of Conflict Resolution. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 115-126.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 75-88.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Finkelhor, D., Moore, D. W., & Runyan, D. (1998). Identification of child maltreatment with the parent-child conflict tactics scales: Development and psychometric data for a national sample of american parents. *Child Abuse & Neglect*, 22(4), 239-336.
- Tisak, M., & Turiel, E. (1984). Children's conceptions of moral and prudential rules. *Child Development*, 55, 1030-1039.
- Triandis, H. C. (1989). The self and social behavior in differing cultural contexts. *Psychological Review*, 96, 506-520.
- Tucker, C. J., McHale, S. M., & Crouter, A. C. (2003). Conflict resolution: Links with adolescents' family relationships and individual well-being. *Journal of Family Issues*, 24(6), 715-736.

- Turiel, E. (1975). The Development of social concepts: Mores, Customs, and Conventions. In D. J. DePalma & J. M. Foley (Eds.), *Moral Development: Current theory and research* (pp.7-37). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Turiel, E. (1978). The development of concepts of social structure: social convention. In J. Click & A. Clarke-Stewart (Eds.), *Social and cognitive development*. Vol. 1. New York: Gardner.
- Turiel, E. (1983). *The development of social knowledge: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turiel, E. (1998). The development of morality. In W. Damon & N. Eisenberg (Eds.), *Handbook of child psychology, social, emotional, and personality development* (5th ed., Vol. 3, pp. 863–932). New York: Wiley.
- Turiel, E. (2002). *The culture of morality: Social development, context, and conflict*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Van Doorn, M. D., Branje, S. J. T., & Meeus, W. H. J. (2007). Longitudinal Transmission of Conflict Resolution Styles From Marital Relationships to Adolescent-Parent Relationships. *Journal of Family Psychology*, 21(3), 426–434.
- Van Doorn, M. D., Branje, S. J. T., & Meeus, W. H. J. (2008). Conflict Resolution in Parent-Adolescent Relationships and Adolescent Delinquency. *Journal of Early Adolescence*, 28(4), 503–525.
- Van Doorn, M. D., Branje, S. J. T., & Meeus, W. H. J. (2011). Developmental Changes in Conflict Resolution Styles in Parent-Adolescent Relationships: A Four-Wave Longitudinal Study. *Journal of Youth and Adolescence*, 40(1), 97–107.
- Van Lissa, C. J., Hawk, S. T., Branje, S., Koot, H. M., & Meeus, W. H. J. (2016). Common and unique associations of adolescents' affective and cognitive empathy development with conflict behavior towards parents. *Journal of Adolescence*, 47, 60–70.
- Wang, Y. C., & Faldowski, R. A. (2014). Beliefs in the legitimacy of decision authority among Chinese adolescents and parents: A person-centered approach. *Journal of Adolescence*, 37(7), 1121–1132.
- Weymouth, B., Buehler, C., Zhou, N. & Hanson, R. (2016). A Meta-Analysis of Parent-Adolescent Conflict: Disagreement, Hostility, and Youth Maladjustment. *Journal of Family Theory & Review*, 8, 95–112.
- Wijsbroek, S. A. M., Hale, W. W., Raaijmakers, Q. A. W., & Meeus, W. H. J. (2011). The direction of effects between perceived parental behavioral control and psychological control and adolescents' self-reported GAD and SAD symptoms. *European Child and Adolescent Psychiatry*, 20(7), 361–371.

- Wray-Lake, L., Crouter, A. C., & McHale, S. M. (2010). Developmental patterns in decision-making autonomy across middle childhood and adolescence: European american parents' perspectives. *Child Development*, 81(2), 636–651.
- Yau, J., & Smetana, J. (1996). Adolescent-Parent Conflict among Chinese adolescents in Hong Kong. *Child Development*, 67, 1262-1275.
- Yau, J., & Smetana, J. (2003). Adolescent-Parent conflict in Hong Kong and Shenzhen: A comparison of youth in two cultural contexts. *International Journal of Behavioral Development*, 27(3), 201-211.